



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
**Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**Dados do Processo**

Processo: 202040600155	Distribuição: 03/02/2020
Número Único: 0005104-02.2020.8.25.0001	Competência: Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Andamento	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

**Assuntos**

- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Indenização por Dano Moral - Acidente de Trânsito  
- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Indenização por Dano Material - Acidente de Trânsito  
- DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Responsabilidade da Administração - Indenização por Dano Material - Acidente de Trânsito

**Dados das Partes**

Requerente: LEOMAR CELESTINO DO NASCIMENTO  
Endereço: RUA MARIA DO CARMO ANDRADE COSTA  
Complemento: CASA  
Bairro: JABOTIANA  
Cidade: ARACAJU - Estado: SE - CEP: 49095240  
Advogado: ISIS CAROLINE ALVES FERREIRA ROCHA 7156/SE  
Requerido: SEGURADORA LIDER  
Endereço: AVENIDA TANCREDO NEVES  
Complemento:  
Bairro: JARDINS  
Cidade: ARACAJU - Estado: SE - CEP: 49025040



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
**Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**Processos Apensados:**

--

**Processos Dependentes:**

--



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
**Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

202040600155

**DATA:**

03/02/2020

**MOVIMENTO:**

Distribuição

**DESCRIÇÃO:**

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 202040600155, referente ao protocolo nº 20200203163805248, do dia 03/02/2020, às 16h38min, denominado Procedimento Comum, de Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA \_\_\_\_\_<sup>a</sup> VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARACAJU/SE.

**LEOMAR CELESTINO DO NASCIMENTO**, brasileiro, casado, autônomo, portador da cédula de identidade RG nº 909038 SSP/SE, inscrito no CPF sob o nº 532.778.805-91, residente e domiciliado na Rua Maria do Carmo A. Costa, nº 0100, Bairro Jabotiana, CEP: 49095-240, Aracaju-Se, por intermédio de sua advogada e bastante procuradora “in fine” assinada, com escritório profissional localizado na Avenida Antônio Fagundes Sanatana, nº 137, bairro Treze de Julho, CEP: 49020-070, onde indica para receber as citações e intimações de estilo, assim, vem, mui respeitosamente à honrosa presença de Vossa Excelência propor a presente:

### **Ação de Cobrança de SEGURO DPVAT**

em desfavor de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO S. A.**, CNPJ 09.248.608/0001-04, situada na Avenida Presidente Tancredo Neves, 54 - Esquina com a rua A Jardins - Aracaju – SE, CEP: 49025-620 pelas razões que passa a expor:



## PRELIMINARMENTE

### ✓ **DO DIREITO AO BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA**

O Requerente declara em sua consciência que não tem condições de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do seu próprio sustento e de sua família.

É de ordem pública o princípio da gratuidade da justiça àqueles que não tem condições de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e de sua família nos termos da Lei nº 1.060, de 05 de Fevereiro de 1950, nos seus artigos 2º, parágrafo único; 3º e 4º.

Diante do exposto, o benefício da assistência judiciária gratuita, é garantido constitucionalmente, portanto, o Requerente desde já requer este benefício, uma vez que não tem condições econômico-financeiras de arcar com as custas processuais, sem prejuízo do sustento próprio e de sua família.

### ✓ **DO INTERESSE DE AGIR** – Via administrativa inadequada – Irregularidades no pagamento leva ao ajuizamento para cobrança de diferenças

Em momento algum a Lei que rege o Seguro Obrigatório exige que o procedimento a ser adotado pelo Beneficiário do Seguro Obrigatório se dê primeiramente pela via administrativa, mesmo porque, caso houvesse essa exigência, seria inconstitucional, ferindo o art. 5º, XXXV, da CF.

Esse é o entendimento jurisprudencial, conforme se vê abaixo:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. INDENIZAÇÃO. [DPVAT](#). INVALIDEZ PERMANENTE. INTERESSE PROCESSUAL. DESNECESSIDADE DE INGRESSAR COM PEDIDO ADMINISTRATIVO.

1. Restou evidenciado no caso em tela o interesse processual da parte autora, o qual decorre da necessidade de acesso ao Judiciário para obtenção da prestação jurisdicional que lhe assegure o pagamento da cobertura securitária.

2. A parte demandante não está condicionada a qualquer óbice de cunho administrativo para exercício de seu direito, bastando apenas que estejam preenchidas as condições da ação para ingressar em Juízo e, assim, receber a tutela jurisdicional. Portanto, a parte postulante não está obrigada a ingressar ou a esgotar a via administrativa para só então procurar amparo na via judicial. Dado provimento ao apelo. Sentença desconstituída. (Apelação Cível Nº 70032143505, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 30/09/2009).

APELAÇÃO CÍVEL. **DPVAT**. INVALIDEZ PERMANENTE. PEDIDO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. SENTENÇA DESCONTITUÍDA. A falta de requerimento administrativo não retira dos beneficiários o direito de postular a indenização diretamente na Justiça, sob pena de violação ao **direito constitucional** 5ºXXXVCF

Contudo, para afastar qualquer dúvidas quanto à inadequação da via administrativa no seguro **DPVAT**, a parte autora, expõe abaixo, os motivos pelos quais é **OBRIGADA A INGRESSAR COM A PRESENTE AÇÃO**: Veja que o principal motivo, é o fato da seguradora ter fins lucrativos, o que por si só, torna tal procedimento inviável para as vítimas, uma vez que tal procedimento sequer garante o contraditório e a ampla defesa, não podendo assim, ser comparada ao INSS, porque o INSS não tem fins lucrativos e seus procedimentos administrativos foram criados por lei, garantindo ainda a ampla defesa e o contraditório. Ao contrário, a seguradora visa tão somente o LUCRO em detrimento das vítimas.

- Administrativamente a seguradora não paga a correção monetária cujo o termo inicial, deve ser a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em R\$ 13.500,00, ou seja, dia 29/12/2006 (a partir daqui, esse valor ficou fixo e não houve correção).
- Nos processos administrativos realizados pela seguradora, quando realizada a perícia, o que se vê é um enorme caos, um mar de obscuridade, a começar pelos médicos escolhidos pela mesma, pois em geral não são especializados em perícia médica, e são obrigados a seguir um formulário que contém as quantificações definidas em 10%, 25%, 50%, 75% e 100%, ou seja, se a incapacidade de uma pessoa for de 90%, os profissionais tem que marcar 75%, e assim degressivamente, prejudicando as vítimas.
- Além dos sérios problemas com a imparcialidade das perícias da seguradora, a mesma, impõe óbices no pagamento administrativo mesmo que a menor, alegando causas banais ou já superadas pelo

entendimento jurisprudencial, como por exemplo a exigência no pagamento do DUT.

- A Seguradora Líder diligencia e faz todos os esforços junto ao governo federal, câmara dos deputados e ao senado, para aprovarem medidas provisórias e leis, que só visam ao lucro para o convênio [DPVAT](#) e sempre em detrimento das vítimas.

Por esses motivos, TODOS os processos administrativos referentes a invalidez permanente e DAMS, são objetos de lide no judiciário, porque a seguradora nunca faz o pagamento correto, ou seja, a seguradora apenas usa o procedimento do pagamento administrativo para atrasar a vítima, e até desmotivá-la.

Diante de todos esses motivos, não há que se falar também em princípio da causalidade e sucumbência autoral, pois como visto, a seguradora historicamente sempre deu muitos motivos para o ajuizamento de ações de cobranças de seguros.

Como visto, a obrigação de esgotamento prévio da via administrativa para a propositura da ação judicial tem-se como irrelevante e incompatível com o princípio colacionado no inc. XXXV do art. 5º da Constituição da República, que não estabeleceu como condição de acesso à Justiça que a parte acione ou esgote as vias administrativas, esse princípio, resguarda o jurisdicionado no direito, por exemplo, de discutir judicialmente, justamente por conta dessas situação acima expostas.

## ✓ DOS FATOS

No dia 17 de Abril de 2019 às 09:30hs, ocorreu um acidente de trânsito (queda de motocicleta) que ocasionou incapacidade permanente na parte autora, fatos estes, devidamente comprovados no teor do Boletim de Ocorrência, Laudo do Exame de Sanidade Física Complementar, Ficha de Internação e Cirurgia de Trauma com Fratura, todos em anexos.

Diante de tal fato, o Suplicante vindo a tomar ciência acerca dos direitos que lhe cabe, vem perante esse juízo, esperando ser devida e completamente indenizado, na forma do Art. 3º, inciso II, da Lei nº 6.194/74, com redação dada pela Lei nº 11.482/2007,

dispositivo que fixa a referida indenização no valor de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

OS DOCUMENTOS APRESENTADOS FAZEM PROVAS SUFICIENTES DA INCAPACIDADE DO REQUERENTE, DEVENDO SER RECONHECIDO O DIREITO A INDENIZAÇÃO, COM JUROS A PARTIR DA CITAÇÃO, E CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DA ENTRADA EM VIGOR DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 340, OU SEJA, A PARTIR DO DIA 29/12/2006, DATA QUE OS VALORES FORAM CONGELADOS E A PARTIR DAÍ, NUNCA TIVERAM REAJUSTE.

Diante de tais fatos e da comprovação da invalidez, a via judicial se faz necessário para que Vossa Excelência determine que a seguradora pague a indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO no grau a ser apurado em perícia judicial, com a devida correção monetária que deverá incidir a partir do dia 29/12/2006.

#### ✓ DO DIREITO

O art. 3º da lei nº. 6.194/74, estabelece que os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, conforme se vê abaixo:

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, fazendo jus a parte autora ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso)

✓ PROVA DOCUMENTAL DEVIDAMENTE JUNTADA – DOCUMENTAÇÃO MÉDICA HOSPITALAR E BOLETIM DE OCORRÊNCIA – NEXO DE CAUSALIDADE DEVIDAMENTE DEMONSTRADO

O fato foi devidamente comprovado pela parte autora, de acordo com o art. 5º da Lei 6.194/74, § 1, a), que diz que:

*“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente”...*

Mediante a entrega dos seguintes documentos:

*“registro da ocorrência no órgão policial competente”.*

Veja que a lei não diz se o Boletim de Ocorrência deve ser comunicado ou não, exige-se o Boletim de Ocorrência OU Certidão de Ocorrência. É ônus da Seguradora fazer prova de que as informações contidas no Boletim de Ocorrência, ou na Certidão de Ocorrência,

não são verdadeiras, se assim por ventura alegar.

Além do Boletim de Ocorrência, outros documentos juntados pela parte autora, corroboram a veracidade das declarações expostas no BO. Portanto, o conjunto probatório, atesta o fato como verdadeiro.

Veja Excelência, que a parte autora cumpriu o determinado pelo Artigo 333, I do Código de Processo Civil, pois junta documentos comprovando suas alegações (BOLETIM DE OCORRÊNCIA, conforme art. 5º da Lei 6.194/74, § 1, a), além da documentação médica hospitalar), *portanto, meras alegações da seguradora alegando o contrário, não podem ser admitidas.*

É dever da Seguradora Requerida, cumprir com o determinado pelo art. 373, II do CPC, que diz que ao réu incumbe o ônus da prova, *quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.*

Não obstante, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso, entende, que a simples prova do acidente e da invalidez permanente, podem ser provados por outros meios de provas, não dependendo exclusivamente de Laudo Pericial ou Boletim de Ocorrência, conforme se vê no recurso de apelação nº 69727/2008, abaixo transcrição da ementa:

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL Nº 69727/2008 - CLASSE II - 21 - APELANTE: SUL AMÉRICA CIA. NACIONAL DE SEGUROS

APELADO: JOSÉ RONALDO DA SILVA

Número do Protocolo: 69727/2008

Data de Julgamento: 8-9-2008

EMENTA:

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA - DPVAT - PRELIMINAR DE DESERÇÃO -

REJEITADA - ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO NEXO CAUSAL - AFASTADA - LAUDO DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL - DISPENSÁVEL - POSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO POR OUTROS ELEMENTOS DE PROVA - SINISTRO E INVALIDEZ DE CARÁTER PERMANENTE - COMPROVAÇÃO DO NEXO CAUSAL - SALÁRIO MÍNIMO - ALEGADA IMPOSSIBILIDADE DE VINCULAÇÃO - AFASTADA - PARÂMETRO PARA A FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO - POSSIBILIDADE - GRAU DE INVALIDEZ RESULTANTE DO ACIDENTE DE TRÂNSITO - DESNECESSIDADE - RESOLUÇÕES DO CNSP - PRINCÍPIO DA HIERARQUIA DAS LEIS - RECURSO DESPROVIDO.

Nos termos do artigo 5º da Lei nº 6.194/74, “o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente”.

*Demonstrado o nexo causal existente entre o acidente automobilístico e a lesão de caráter permanente na vítima, impõe-se o dever de indenizar.*

*O LAUDO PERICIAL DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL NÃO CONFIGURA DOCUMENTO ESSENCIAL E IMPRESCINDÍVEL À PROPOSITURA DA AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA, NOTADAMENTE PORQUE A INCAPACIDADE DECORRENTE DO SINISTRO PODE SER AFERIDA POR OUTROS MEIOS DE PROVA.(...).*

Portanto, cumpre a parte autora com o determinado por lei e embasado na jurisprudência, para fazer jus ao reconhecimento do direito a indenização, bem como ao recebimento da mesma, o que desde já requer.

#### ✓ DA PROVA PERICIAL – Da teoria da dinamização do ônus da prova

O sistema processual brasileiro, ao definir que a cada parte cabe provar o que alegou, adotou a Teoria Clássica que possui uma concepção estática do ônus da prova. Isto é, a distribuição do ônus, segundo o Código de Processo Civil, define-se abstrativamente, considerando-se apenas as hipóteses legais, sem sofrer qualquer influência ou interferência da situação posta em juízo.

Observa-se, portanto, que o CPC não conferiu mutabilidade ao ônus da prova de modo que as particularidades da causa pudessem, em determinadas hipóteses, alterar a regra comum de distribuição de ônus da prova.

Ao ignorar as particularidades da causa, demonstrou-se em desarmonia com o modelo constitucional do direito processual civil, pautado no direito fundamental de acesso à justiça, que exige

uma leitura do processo, de seus procedimentos e de suas técnicas, consoante as particularidades de cada causa.

Por conta disso, tem-se destacado e ganhado espaço na doutrina nacional a Teoria da Distribuição Dinâmica do Ônus da Prova, que indica um modelo de distribuição pautado na dinâmica da própria relação jurídica processual em análise, podendo-se a ela se ajustar, com o fim de melhor atender às especificidades da causa em concreto.

Assim, seguindo a Teoria da Distribuição Dinâmica do Ônus da Prova, este ônus não decorre de uma simples definição em abstrato do legislador, ele deve ser desempenhado pela parte que, conforme as particularidades do caso em concreto, possui as melhores condições de provar os fatos.

Por meio dessa teoria, a análise a respeito de quem tem o ônus de produzir a prova fica a cargo do magistrado, enquanto gestor da prestação jurisdicional. Nas palavras de Humberto Theodoro:

“Fala-se em distribuição dinâmica do ônus probatório, por meio da qual seria, no caso concreto, conforme a evolução do processo, atribuído pelo juiz o encargo de prova à parte que detivesse conhecimentos técnicos ou informações específicas sobre os fatos discutidos na causa, ou, simplesmente, tivesse maior facilidade na sua demonstração. É necessário, todavia, que os elementos já disponíveis no processo tornem verossímil a versão afirmada por um dos contendores e defina também a nova responsabilidade pela respectiva produção.” (Curso de Direito Processual Civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. 48. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008)

Nesse sentido o julgado do E. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul:

“AGRAVO INTERNO. SEGUROS. AÇÃO DE COBRANÇA. DPVAT. ADIANTAMENTO. HONORÁRIOS DO PERITO. TEORIA DAS CARGAS PROCESSUAIS DINÂMICAS. REGRA PROCESSUAL QUE TRATA DO ENCARGO DE ANTECIPAR AS DESPESAS PARA PRODUÇÃO DE PROVA NECESSÁRIA A SOLUÇÃO DA CAUSA. HONORÁRIOS. VALOR. ADEQUAÇÃO. TERMO DE COOPERAÇÃO. INAPLICABILIDADE. PRINCÍPIOS DA BOA FÉ E DA SOLIDARIEDADE NA BUSCA DA VERDADE REAL. 1. Preambularmente, cumpre destacar que é aplicável ao caso dos autos a teoria das cargas processuais dinâmicas, uma vez



que as partes não se encontram em igualdade de condições para a coleta probatória pretendida, *in casu* levantamento técnico, existindo óbice para a realização desta em face da hipossuficiência da parte demandante importar na delonga desnecessária da solução da causa, o que atenta aos princípios da economia e celeridade processo. 2. Note-se que a teoria da carga dinâmica da prova parte do pressuposto que o encargo probatório é regra de julgamento e, como tal, busca possibilitar ao magistrado produzir prova essencial ao convencimento deste para deslinde do litígio, cujo ônus deixado à parte hipossuficiente representaria produzir prova diabólica, isto é, de ordem negativa, ou cuja realização para aquela se tornasse de difícil consecução, quer por não ter as melhores condições técnicas, profissionais ou mesmo fáticas, sejam estas de ordem econômico-financeira ou mesmo jurídica para reconstituir os fatos. 3. Aplica-se a teoria da carga dinâmica probatória, com a inversão do ônus de suportar o adiantamento das despesas com a produção de determinada prova, com base no princípio da razoabilidade, ou seja, é aceitável repassar o custo da coleta de determinada prova a parte que detém melhor condição de patrocinar esta, a fim de se apurar a verdade real e obter a almejada justiça. 4. Releva ponderar que a dinamização do ônus da prova será aplicada quando for afastada a incidência do artigo 333 do código de processo civil por inadequação, ou seja, quando for verificado que a parte que, em tese, está desincumbida ao *ônus probandi*, pois não possui as melhores condições para a realização de prova necessária ao deslinde do feito. 5. Assim, a posição privilegiada da parte para revelar a verdade e o dever de colaborar na consecução desta com a realização da prova pretendida deve ser evidente, consoante estabelecem os artigos 14, I, e 339, ambos do código de processo civil, pois se aplica esta regra de julgamento por exceção, a qual está presente no caso dos autos, pois a parte demandada conta com melhores condições jurídicas e econômicas de produzir tal prova, pois se trata de seguradora especializada neste tipo de seguro social. 6. No presente feito não merece guarida à pretensão da parte agravante, uma vez que o art. 333 do código de processo civil estabelece que os honorários do perito serão pagos antecipadamente pela parte que houver requerido o exame técnico, ou pelo autor, quando pleiteado por ambas as partes ou determinado de ofício pelo juiz, desde que aquela regra geral não importe em dificultar a realização da prova pretendida ou retardar a solução da causa, o que autoriza a inversão do encargo de adiantar o montante necessário a produção da prova pretendida. 7. Destaque-se que mesmo a perícia sendo determinada de ofício pelo magistrado é possível a inversão do encargo de adiantamento dos honorários de perito, desde que atendidas às condições atinentes a teoria da carga dinâmica da produção probatória. 8. Frise-se que a teoria da carga dinâmica da prova ou da distribuição dinâmica do ônus da prova é regra processual que visa definir, qual parte suportará os custos do adiantamento das despesas para realização de determinada prova necessária a solução do litígio no curso do feito, dentre as quais os honorários periciais. Logo, não há prejuízo a qualquer das partes com esta medida de ordem formal, pois a prova em questão irá servir a realização do direito e prestação de efetiva jurisdição, com a apuração de verdadeira reconstituição dos fatos discutidos, o que interessa a todos para alcançar a pacificação social. 9. Cumpre ressaltar, também, que antes da realização da perícia

os honorários são fixados provisoriamente, a fim de ser dado início a avaliação técnica pretendida, contudo, por ocasião da decisão final, o magistrado pode estabelecer em definitivo aquela verba de sucumbência em patamar superior ao inicialmente feito, de acordo com o princípio da proporcionalidade e grau de complexidade do exame levado a efeito, atribuindo o pagamento daquela à parte sucumbente na causa. 10. Assim, devem ser mantidos os honorários definitivos fixados em dois salários mínimos, caso sucumbente a demandada. 11. No entanto, como a perícia foi postulada por ambas as partes, os honorários de adiantamento caso devessem ser alcançados pelo estado, de acordo com os limites impostos no ato nº 051/2009-p, isto se o ente público não possa prestar esta diretamente mediante corpo técnico habilitado para tanto, o que não incide no caso dos autos devido à aplicação da teoria das cargas processuais dinâmicas. 12. Descabe a aplicação do termo de cooperação nº 103/2012 firmado entre este egrégio tribunal de justiça e a seguradora líder dos consórcios do seguro DPVAT, tendo em vista que o referido termo diz respeito ao projeto conciliação. 13. É oportuno ressaltar que o termo "cooperação" pressupõe consenso e aceitação por ambas as partes, propiciando o poder judiciário esta aproximação, mas não importa em medida coercitiva e obrigatória a ser aplicada a questão de ordem privada, quando não há esta composição prévia. Ao contrário, no caso dos autos a matéria é controvertida e litigiosa, pendente de decisão judicial, logo, não se aplica aquela parametrização sugerida para os honorários periciais, devendo estes atender aos parâmetros usualmente fixados pela Lei Processual Civil, princípios jurídicos e critérios fixados jurisprudencialmente. 14. Os argumentos trazidos no recurso não se mostram razoáveis para reformar a decisão monocrática. Negado provimento ao agravo interno. (TJRS; AG 521201-30.2013.8.21.7000; Porto Alegre; Quinta Câmara Cível; Rel. Des. Jorge Luiz Lopes do Canto; Julg. 25/03/2014; DJERS 28/03/2014)

Seguindo a influência da doutrina favorável à dinâmica da distribuição do ônus da prova, bem como a jurisprudência, o Projeto de Lei nº 8.046/2010, que trata do novo Código de Processo Civil Brasileiro, trouxe essa já pacificada possibilidade de dinamização do ônus da prova. Determina o art. 358, *in verbis*:

Com base na premissa apresentada, com o fim de chegar-se a uma justiça processual e, pautada na orientação doutrinária acima delineada, requer, desde já, Requerer a aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, com a inversão do ônus de suportar o adiantamento das despesas com a produção da prova pericial, tomando por base, o princípio da razoabilidade, pois a seguradora Requerida detém melhores condições de patrocinar esta, a fim de se apurar a verdade real e obter a alcançando assim, a almejada justiça.

## ✓ DOS JUROS LEGAIS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Os documentos apresentados fazem provas suficientes da incapacidade sofrida pelo Requerente, devendo ser reconhecido o direito a indenização, com juros a partir da citação, e correção monetária a partir da entrada em vigor da Medida Provisória nº 340, ou seja, a partir do dia 29/12/2006, data que os valores foram congelados e a partir daí, nunca mais teve reajustes.

Excelência, como já é sabido, a Medida Provisória nº 340/2006, alterou o valor para pagamento das indenizações no seguro obrigatório DPVAT, de 40 (quarenta) salários-mínimos, para até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Pois bem, essa medida provisória que depois foi convertida para Lei 11.482/2007, FIXOU os valores, e desde então, esses valores jamais foram corrigidos, ou reajustados, sofrendo a INEVITÁVEL e progressiva deterioração pela inflação.

Ressalta-se que, considerando que a inflação medida pelo IPCA acumulada do mês posterior à aprovação da mudança (dezembro de 2006) até julho de 2012, chegou a 31,4%, a perda de valor do sinistro do DPVAT já atingiu quase 1/3 (um terço).

Nota-se ainda que os valores arrecadados pelo DPVAT, conforme informações do sítio da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, são expressivos e têm se incrementado continuamente (TODO ANO É REAJUSTADO, E O PAGAMENTO PELO CONTRIBUINTE É OBRIGATÓRIO).

De uma arrecadação total de R\$ 1,9 bilhão em 2005, o DPVAT arrecadou R\$ 6,7 bilhões em 2011. As indenizações neste período também cresceram, mas em proporções bem inferiores.

Enquanto as indenizações representavam 36,2% do total arrecadado com o DPVAT em 2005, esta proporção atingiu 34,1% em 2011, pouco mais de dois pontos a menos.

A correção monetária a partir da entrada em vigor da Medida Provisória nº 340, ou seja, a partir do dia 29/12/2006, data que os valores foram congelados e a partir daí, nunca mais teve reajustes, é medida que se faz urgente, para evitar o enriquecimento sem causa das sociedades seguradoras, em detrimento do contribuinte.

Acompanhando todas as manobras das seguradoras, até conseguirem a edição da medida provisória em comento, ficou

claro, que a norma não trouxe nenhuma forma de reajuste de propósito. Tudo fazia parte de um grande plano das seguradoras para diminuir o valor que seria repassado às vítimas de acidente, de forma progressiva. Inclusive contando com os efeitos corrosivos decorrentes da falta de um fator ou índice de correção.

Mas esse é outro assunto. Especificamente falando da correção monetária, esta visa manter o poder aquisitivo da moeda vigente no país, meio circulante de curso forçado com efeito liberatório das obrigações avençadas, cujo valor efetivo visa estabilizá-la como meio de troca econômica.

Sobre o assunto, são os ensinamentos do ilustre jurista José de Aguiar Dias (DIAS, José de Aguiar, Da Responsabilidade Civil, XI<sup>a</sup> ed., revis., atual e amp., de acordo com o código Civil de 2002 por Rui Berford Dias SP, RJ, PE: Renovar, 2006, p. 988), ao asseverar que:

“A fórmula de atualização mais indicada, portanto, é a correção monetária, que é uma compensação à desvalorização da moeda. Constitui elemento integrante da condenação, desde que, no intervalo entre a data em que ocorre o débito e aquela em que é satisfeito, tenha ocorrido desvalorização. Se o devedor tem que pagar 100 reais e os 100 reais que ele ficou a dever não são mais, 100 reais, mas 100 reais menos a desvalorização sofrida pela moeda, é evidente que só se exonerará do débito e o credor só receberá o que lhe é devida, se o valor real, desconstruído do valor nominal, for reintegrado, mediante o acréscimo da diferença verificada”.

Ainda, é oportuno trazer à baila as lições de Arnaldo Wald (WALD, Arnaldo. Correção monetária de condenação judicial em ação de responsabilidade civil. Revista de Processo, São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 104, n. 26, p. 133-149, out.- dez/2001) quanto à atualização monetária, transcritas a seguir:

“Cabe agora verificar de que forma se deverá calcular a correção monetária da indenização, de forma a assegurar que o valor real do dano seja o mais rigorosamente preservado. Trata-se de um imperativo de ordem ética e jurídica, de forma a se obter a integral reparação do dano sem privilegiar ou punir qualquer das partes envolvidas.

Como já dissemos acima, a correção monetária da condenação não pode servir de benefício ao devedor, mas tampouco pode constituir em prêmio ao credor. Ela deve ser aplicada de forma a preservar e manter a essência da indenização, ajustando os números à realidade inflacionária e, consequentemente, mantendo o poder aquisitivo do dinheiro desvalorizado.

(...)

Sendo assim, sempre que houver depreciação monetária entre o momento da fixação do montante pecuniário da indenização e o instante do pagamento, a expressão nominal do dinheiro deve ser reajustada para que continue a traduzir o valor intrínseco do dano a reparar”.

Como a correção monetária tem por finalidade recompor o poder aquisitivo da moeda corroída pela inflação, nada mais justo, portanto, que o início da sua incidência se dê desde a data da entrada em vigor da Medida Provisória que alterou e CONGELOU os valores em até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Portanto, com todas as vênias, aos que entendem que a correção monetária no seguro DPVAT, deve incidir a partir da data do sinistro ou do protocolo/distribuição da ação, pode-se afirmar com certeza que esse entendimento é absolutamente equivocado, especificamente quando se trata de sinistro ocorrido a partir da entrada em vigor da medida provisória nº 340/2006.

#### ✓ DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

O advogado - em consonância com o art. 133 da Constituição Federal, bem como, com o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil - é indispensável à administração da justiça, sendo a postulação a qualquer órgão do Poder Judiciário e aos Juizados Especiais sua atividade privativa, *tendo direito assegurado aos honorários convencionados, fixados por arbitramento e os de sucumbência.*

O Art. 22 da Lei 8906/94 assim preleciona:

“Art. 22 - A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionais, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência.”

Neste diapasão, os honorários de sucumbência são devidos a título de gratificação, pelo motivo da boa atuação do advogado na defesa dos interesses da parte vencedora. Quanto mais o empenho dele tiver nexos com o resultado do processo, há de se convir que maior seja a verba honorária.

Pois bem, percebe-se que o zelo profissional dos patronos desta demanda é satisfatório, uma vez que tentam por todos os meios legais - munidos de direito para respaldar o pleito - a procedência da presente ação de indenização, no fito de aliviar a dor da parte autora, de acordo com a função social do advogado e respeito à ética profissional.

O art. 85 do CPC, assim *verbis*:

Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.

§ 2º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos:

I - o grau de zelo do profissional;

II - o lugar de prestação do serviço;

III - a natureza e a importância da causa;

IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

#### a) O GRAU DE ZELO DO PROFISSIONAL;

Por ter laborado em nome da dignidade da pessoa humana, por rebater a avareza da Seguradora Requerida, de todas as formas em direito admitidas, com muito zelo, modestamente requer-se que a Requerida seja condenada ao pagamento de honorários advocatícios.

Contudo, requer seja condenada a seguradora, de acordo com o art. 20, § 3º, ou seja, entre 10% a 20%, caso o direito a indenização da parte autora ultrapasse a metade do máximo permitido em lei, ou seja, o máximo permitido em lei é de R\$ 13.500,00, portanto, a metade é de R\$ 6.750,00, aplicando assim, o parágrafo 2º do art. 85, que assim prevê:

§ 2º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos:

Porém, caso o valor a ser indenizada à parte autora, não ultrapasse a metade do valor máximo permitido em lei, o que torna pequeno o valor, que assim prescreve:

§ 4º – “Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante apreciação equitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágrafo anterior.” (g. N.)

Esse dispositivo existe no Código de Processo civil, para evitar que honorários os honorários sejam irrisórios, aviltantes, e até desrespeitoso. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica, senão vejamos:

“Pequeno que seja o valor da causa, os tribunais não podem aviltar os honorários de advogado, que devem corresponder à justa remuneração por trabalho profissional; nada importa que o vulto da demanda não justifique a despesa” (STJ, AI n. 325.270-SP, rel. Min Nancy Andrighi, j. Em 20-3-2001).

“O arbitramento dos honorários advocatícios em patamar irrisório é aviltante e atenta contra o exercício profissional.” (AgRg no Ag 954.995/SP, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/03/2008, DJe 23/04/2008 – grifou-se.)

Diante do exposto, requer seja a Requerida condenada a pagar os honorários advocatícios, no patamar de 20% (vinte por cento) caso o direito a indenização da parte autora ultrapasse a metade do máximo indenizável, ou que seja arbitrado um valor equitativamente, caso o valor da condenação seja baixo.

## DOS PEDIDOS

*Ex positis*, ao reconhecer que a Indenização do Seguro Obrigatório tem como efeito beneficiar quaisquer vítimas de acidente de trânsito e não as seguradoras do sistema, o Requerente requer a Vossa Excelência o que segue:

- a) A concessão da justiça gratuita, haja vista o Requerente não tem condições de arcar com as despesas processuais, sem prejuízo de seu sustento e de sua família. Para tanto, fulcra-se no art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal e o art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 1.060/50.
- b) Que Vossa Excelência designe data para realização de Audiência de Conciliação, expedindo-se o competente mandado de citação ao Réu no endereço fornecido pelo autor, citação essa que deverá ser por CORREIOS COM AVISO DE RECEBIMENTO (AR), para nela comparecer, caso queira, apresentar contestação no prazo legal, sob pena de confissão e revelia;
- c) Requer a aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, com a inversão do ônus de suportar o adiantamento das despesas com a produção da prova pericial, tomando por base, o princípio da razoabilidade, pois a seguradora Requerida detém melhores condições de patrocinar esta, a fim de se apurar a verdade real e alcançando assim, a almejada justiça;
- d) Se eventualmente pelos motivos elencados em lei, for decretada a revelia da Seguradora Requerida, requer seja aplicada a teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, com a inversão do ônus de suportar as despesas com a produção da prova pericial, condenando a Ré a arcar com os honorários periciais, arbitrados por Vossa Excelência, que deverão ser pagos ao final do processo, pois não pode o estado arcar com tal ônus por desídia da Seguradora, também não pode a mesma beneficiar-se da própria torpeza (haja vista que se for o Estado incumbido de tais despesas, a seguradora estaria sendo premiada por ser revel, o que não é admissível);



- e) Que julgue a presente Ação TOTALMENTE PROCEDENTE, reconhecendo o direito à indenização, e determine que a seguradora pague tal indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT com juros a partir da citação, e CORREÇÃO MONETÁRIA com o índice INPC, a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em até R\$ 13.500,00;
- f) A condenação da Requerida no pagamento das custas e demais despesas processuais, bem como no pagamento dos honorários advocatícios.
- f. A) -Quanto aos honorários advocatícios, requer seja condenada a seguradora, no importe de 20%, caso o direito a indenização da parte autora ultrapasse a metade do máximo indenizável, ou seja, o máximo indenizável é de R\$ 13.500,00, portanto, a metade é de R\$ 6.750,00, se o valor da condenação for maior que isso, pugna pela aplicação art. 85 do CPC na condenação dos honorários.
- f. B) Porém, caso o valor a ser indenizada à parte autora, não ultrapasse a metade do valor máximo indenizável, o que torna pequeno o valor, requer a condenação da Requerida nos honorários advocatícios, evitando assim honorários irrisórios e a consequente desvalorização profissional.
- g) Protesta e requer, ainda, provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidas, principalmente pela juntada posterior de outros documentos, pericial, testemunhal, devendo ainda, o Requerido colacionar aos autos os documentos necessários para o desenrolar da questão, por ser de direito e de justiça;
- h) Que sejam as notificações e intimações realizadas EXCLUSIVAMENTE no nome da DRA. ISIS CAROLINE ALVES FERREIRA ROCHA, OAB/SE – 7156, sob pena de nulidade, conforme preceitua o art. 236, § 1º do CPC;

Dá-se à presente causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), apenas para fins de alçada.

Termos,

Em que,

Pede Deferimento.

Aracaju, 03 de fevereiro de 2020.

ISIS CAROLINE ALVES FERREIRA ROCHA.

OAB/SE 7156

## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE: LEOMAR CELESTINO DO NASCIMENTO**, casado, autônomo, RG 909038 SSP/SE, CPF 532.778.805-91, residente e domiciliado na Rua Maria do Carmo A. Costa, 0100, Jabotiana, CEP: 49095-240, Aracaju-Se.


**OUTORGADO:**

**ISIS CAROLINE ALVES FERREIRA ROCHA**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SE sob o nº 7156 (email: [isiscaroline.advogada@hotmail.com](mailto:isiscaroline.advogada@hotmail.com) e telefone para contato: 79 99819-1856) com endereço profissional na Av. Antônio Fagundes Santana, 137, Bairro – Treze de Julho, CEP 49020-070, Aracaju/Se.

**PODERES:**

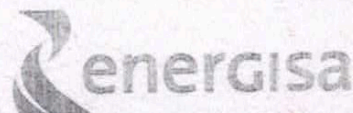
Os da cláusula **AD JUDITIA ET AD EXTRA**, para o foro em geral, bem como os enumerados na parte “in fine” do art. 105 do Novo Código de processo Civil, propor ações, interpor recursos em qualquer juízo ou tribunal, substabelecer, com ou sem reserva de poderes, desistir, adjudicar, confessar, reconhecer a procedência do pedido, reconvir, remir, promover reclamações trabalhistas, representação criminal, apresentar notícia crime, renunciar o direito sobre o qual se funda a ação, transigir, receber, dar quitação, firmar acordo e compromisso de qualquer natureza, ajustar partilha amigável, formando o respectivo instrumento, formular pedido de quinhão, recusar em qualquer juízo ou grau de jurisdição, impugnar ou praticar quaisquer atos em defesa do(s) outorgante(s) junto às repartições Públicas Federais, Estaduais ou Municipais, enfim praticar todos os atos necessários ao desempenho do mandato, por este instrumentalizado.

Aracaju/SE, 27 de janeiro de 2020.

  
\_\_\_\_\_  
**LEOMAR CELESTINO DO NASCIMENTO**

LEOMAR CELESTINO DO NASCIMENTO  
RUA MARIA DO CARMO A COSTA, 0100 / CASA A - JAEOTIANA  
ARACAJU / SE CEP: 49095240 (AG 1)

Ligação: MONOFÁSICO  
Cis/Sbs: RES MTC B1 / RESIDENCIAL - RESIDENCIAL  
Roteiro: 11 - 1 - 471 - 5380 Referência: Mai / 2019  
Medidor: WV1029490111 Emissão: 17/05/2019



ENERGISA SERGIPE-DISTRIB ENERGIA SA  
Rua Min Apolônio Sales, 31 - Inácio Barbosa  
Aracaju / SE - CEP 49040-150  
CNPJ 13.017.462/0001-63 Insc. Est. 270.767.436  
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 013.666.235  
Cód. para Deb. Automático: 00003477627

Atendimento ao Cliente ENERGISA **08000 79 0196** Acesse: [www.energisa.com.br](http://www.energisa.com.br)

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/ CNPJ/ RANI
Mai / 2019	17/05/2019	17/06/2019	532.778.805-91 Insc. Est.

UC (Unidade Consumidora): **3/347762-7**

Canal de contato





GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE  
POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA ESPECIAL DE DELITOS DE TRÂNSITO - ARACAJU - SE



BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 062716/2019

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 13/06/2019 08:43 Data/Hora Fim: 13/06/2019 08:59  
Delegado de Polícia: Daniela Ramos Lima Barreto

DADOS DA OCORRÊNCIA

Afeto: Delegacia Especial de Delitos de Trânsito  
Data/Hora do Fato: 17/04/2019 09:30

Local do Fato

Município: Aracaju (SE)  
Logradouro: Rua São Cristóvão

Bairro: Centro  
Nº: 1316

Tipo do Local: Via Pública

Natureza	Meio(s) Empregado(s)
1095: Auto lesão - Acidente de trânsito	Veículo

ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: LEOMAR CELESTINO DO NASCIMENTO (VÍTIMA, COMUNICANTE)

Nacionalidade: Brasileira Naturalidade: SP - São Paulo Sexo: Masculino Nasc: 04/02/1972  
Profissão: Comerciante  
Estado Civil: Casado(a)  
Nome da Mãe: MARIA JOSE CELESTINO DO NASCIMENTO Nome do Pai: PEDRO FILHO DO NASCIMENTO

Documento(s)

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas: 532.778.805-91  
RG - Carteira de Identidade: 909038

Endereço

Município: Aracaju - SE  
Logradouro: RUA MARIA DO CARMO ANDRADE COSTA Nº: 100  
Complemento: CASA A  
Bairro: JABOTIANA CEP: 49.095-240  
Telefone: (79) 99104-1961 (Celular) (79) 98845-8539 (Celular)

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Grupo Veículo	Subgrupo Motocicleta/Motoneta
CPF/CNPJ do Proprietário 532.778.805-91	Placa QKX2902
Renavam 01093783416	Número do Motor G424-BR116805
Número do Chassi 9CDNG4AAJGM212109	Ano/Modelo Fabricação 2016/2015
Cor PRATA	UF Veículo Sergipe
Município Veículo Aracaju	Marca/Modelo JTA-SUZUKI/GSR150I
Modelo JTA-SUZUKI/GSR150I	Veículo Adulterado? Não
Quantidade 1 Unidade	Situação Envolvido
Última Atualização Denatran 04/08/2016	Situação do Veículo NADA CONSTA

Nome Envolvido

Envolvimentos

Delegado de Polícia Civil: Daniela Ramos Lima Barreto  
Impresso por: Marco Antonio Cruz Dantas  
Data de Impressão: 13/06/2019 08:59  
Protocolo nº: Não disponível

Página 1 de 2

PPe - Procedimentos Policiais Eletrônicos





GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE  
POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA ESPECIAL DE DELITOS DE TRÂNSITO - ARACAJU - SE

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 062716/2019

Nome Envolvido	Envolvimentos
LEOMAR CELESTINO DO NASCIMENTO	Proprietário

RELATO/HISTÓRICO

RELATA O NOTICIANTE QUE NO DIA 17/04/2019, TRAFEGAVA COM A SUA MOTOCICLETA, PLACA QKX-2902, PELA RUA SÃO CRISTÓVÃO, QUANDO DERRAPOU NA PISTA E PERDEU O CONTROLE DA MOTOCICLETA; QUE FICOU LESIONADO AO CAIR NA PISTA DE ROLAMENTO, ENTRETANTO QUE FOI ENCAMINHADO POR UM POPULAR AO HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE (HUSE), ONDE FOI DIAGNOSTICADO COM FRATURA NO ÚMERO DIREITO, SENDO NECESSÁRIO UMA INTERVENÇÃO CIRÚRGICA.

ASSINATURAS

Marco Antonio Cruz Dantas  
Responsável pelo Atendimento

Marco Antonio C. Dantas  
Escritório de Polícia Judiciária

LEOMAR CELESTINO DO NASCIMENTO  
(Vítima / Comunicante)

"Declaro para os devidos fins de direito que sou o(a) único(a) responsável pelas informações acima assentadas e cliente que poderei responder civil e criminalmente pela presente declaração que dei origem, conforme previsto nos Artigos 339-Denúnciação Caluniosa e 340-Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção do Código Penal Brasileiro."





LEITO:

LASA

## AUXILIAR

**POSICÃO**

CEC  
UTROS

CEC  
OUTROS

## MONITORIZAÇÃO

\_\_\_\_\_

**PAM**

### CONDICAO DE ACESSO

Enclosed

FRPA

**NOME:**

1<sup>o</sup>. Dose as: horas

2ª Dose as: . . . horas

3°. Dose as: horas

\_\_\_\_\_

RESERVES

\_\_\_\_\_

---

---

## ARMANDO PARA

\_\_\_\_\_

Dra. Pa

100

~~GRM-SE~~

nestle  
PM-SE

Griff

1971-10-20 + 20-21-71



SAC: 0800 720 1111  
 VAI Aprox Trid: R\$8,87 Federal, R\$0,00 Estadual e  
 R\$0,00 Municipal. Fonte: IBPT  
 Operador: 337595-Rosângela de Souza Andrade  
 Nesta compra voce economizou R\$ 8,56  
 22/04/2019 09:59 LDU: 0046 PDV: 001 COD: 044968



CONSULTAR NA IDENTIFICADO  
 NFC-e n. 150198 Serie 1 Emissao 22/04/2019 09:58:25  
 Via Consumidor  
 Protocolo de Autorizacao: 28190050208556  
 Data de Autorizacao: 22/04/2019 09:58:25

Consulte pela Chave de Acesso em:  
<http://nfce.se.gov.br/portal>  
 2819 0439 3468 6100 3004 6500 1000 1501 9810 1044 9681  
 QTD TOTAL DE ITENS 1  
 VALOR TOTAL R\$ 25,70  
 VALOR A PAGAR R\$ 25,70  
 FORMA DE PAGAMENTO VALOR PAGO  
 Cartao Debito TEF 25,70

CENSOUSUD COMERCIAL LTDA  
 CNPJ - 33846861003004 Inscrição Estadual - 271052368  
 AV SILVIO TEIXEIRA 831 - JARDINS - Aracaju-SE  
 DOCUMENTO AUXILIAR  
 DA NOTA FISCAL DE CONSUMIDOR ELETRONICA  
 ITEM CODIGO DESCRICAO QTD UN VL UNIT VL TOTAL  
 001 769732201738 MAXSOLID 400MG 10 CPR CX 25,70  
 Desconto no item 1 - 8,56

IMIFARMA PRODUTOS FARMACEUTICOS E COSMETICOS SA  
 CNPJ: 04.899.316/0494-78  
 Insc. Est.: 271612436 Insc. Mun.: 1167476  
 AV MINISTRO GERALDO BARRETO SOBRAL, 215 -  
 JARDINS, ARACAJU, SE, BRASIL - 49026010

DANFE NFC-e Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Consumidor  
 Eletrônica.

EMITIDA EM CONTINGENCIA  
 Pendente de autorizacao

Codigo	Descricao	Un	V. Unit(R\$)	V. Desc(R\$)	V. Tr(R\$)	V. Tot(R\$)	V. Pag(R\$)
Qtd	Un						
651077	ESPARAD MISSNER IMPERMEAVEL 10MMX4,5M						
1 00	UM	11,35	1,36	0,00	11,35		9,99

QTD. TOTAL DE ITENS 1  
 VALOR TOTAL DOS PRODUTOS R\$ 11,35  
 VALOR TOTAL R\$ 9,99  
 VALOR PAGO 9,99  
 FORMA DE PAGAMENTO  
 Cartao de Credito  
 VALOR PAGO R\$ 9,99  
 DESCONTO R\$ 1,36  
 TROCO R\$ 0,00  
 Informacao dos Tributos Totais  
 Incidentes R\$ (Lei Federal n 12.741/2012)

0  
 VOCE ECONOMIZOU: 1,36  
 DRC: 62773 ATEND: 9201068 CX: 895 LJ: 826  
 PARCERIA: 99999 PARCEIRO: 9000018260014242

Consulte pela Chave de Acesso em: <http://www.se.gov.br/nfce/consulta>  
 28190504899316049478650010000588679000587343



CONSUMIDOR NAO IDENTIFICADO  
 Serie: 1 Numero: 58867  
 Emissao: 27/05/2019 09:51:00  
 Via do Consumidor  
 EMITIDA EM CONTINGENCIA  
 Pendente de autorizacao

PRODUTOS FARMACEUTICOS CNPJ: 17.480.541/0003-29  
 LIA PROMOTOR ALISSON PORTO, 34, JABUTIANA, Araca  
 SE  
 Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Consumidor  
 Eletrônica

DESCRICAO	QTD	UN	VL. UN	VL. TOTAL
ESPARAD 600MG 20CPR TETO 1CXx17,67				17,67
			-3,75	13,92
ESPARAD 600MG 20CPR TETO 1CXx16,04			-4,81	16,04
			-4,81	11,23
ESPARAD 600MG 20CPR TETO 1CXx17,64			-7,06	17,64
				10,58
				3
				51,35
				-15,62
				35,73
				40,00
				4,27




EMISSAO NORMAL

Consulte em  
[www.se.gov.br/nfce/consulta](http://www.se.gov.br/nfce/consulta)  
 ou 1000 0247 4513 912  
 ou 3281900524069  
 26/04/2019 16:35:49  
 NAO IDENTIFICADO



DUPL29F1996F8DD60A3F0150CF  
 Tributos R\$9,55 (26,73%) Fonte: IBPT  
 ECONOMIZOU..... R\$ 15,62  
 Controle: 294479  
 A PREFERENCIA  
 Tributos Totais Incidentes (Lei  
 12.741/2012): R\$ 9,55



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
MINISTÉRIO DAS CIDADES			
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO			
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO			
VÁLIDA EM TODOS OS TERRITÓRIOS NACIONAIS  1356022030  PROIBIDO PLASTIFICAR 1356022030	NOME <b>LEOMAR CELESTINO DO NASCIMENTO</b>		
			
	DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSORAUF <b>909038 SSP SE</b>		
	CPF <b>532.778.805-91</b>		
	DATA NASCIMENTO <b>04/02/1972</b>		
FILIAÇÃO <b>PEDRO FILHO DO NASCIMENTO</b> <b>MARIA JOSE CELESTINO DO NASCIMENTO</b>			
PERMISSÃO <input checked="" type="checkbox"/>			
ACC <input checked="" type="checkbox"/>			
CAT. HAB. <b>AB</b>			
Nº REGISTRO <b>02438531783</b>		VALIDADE <b>26/07/2021</b>	
		1ª HABILITAÇÃO <b>19/07/2002</b>	
OBSERVAÇÕES <b>SEM OBSERVAÇÃO.</b>			
 ASSINATURA DO PORTADOR			
LOCAL <b>ARACAJU, SE</b>		DATA DE EMISSÃO <b>18/10/2016</b>	
 <b>LUIZ DE AZEVEDO COSTA NETO</b> DIRETOR - PRESIDENTE		<b>08469893802</b> <b>SE018343090</b>	
ASSINATURA DO EMISSOR			
<b>DETRAN-SE (SERGIPE)</b>			



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DAS CIDADES**

000008873577 Nº 014881549762

DETRAN - SE  
 CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEICULO

VIA 1 01093783416 EXERCÍCIO 2019

LEOMAR CELESTINO DO NASCIMENTO

PLACA QKX2902

CHASSI 9CDNG4AAJGM212109

COMBUSTIVEL GASOLINA

ANO FAB 2015

ANO MOD 2016

COR PREDOMINANTE PRATA

CATEGORIA PARTIC

ENC. COTA UNICA 1

PARCELAMENTO / COTAS 2

PREMIO TOTAL (R\$) 3

PREMIO TARIFARIO (R\$)

SEM RESTRIÇÕES FINANCEIRAS

MOTOR: G424-BR116B05

ARACAJU-SE

DATA 25/03/2019

LUCIANA CEDA CHAGAS DE MELO

DIRETORA-GERENTE

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS TRANSPORTADAS OU NAO - SEGURO DPVAT

SE Nº 014881549762 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT  
 PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO  
 AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.seguradoralider.com.br

SAC DPVAT 0800 022 1204

PBT 32 EXERCÍCIO 2019 DATA EMISSÃO 25/03/2019

VIA \*\* CPF / CNPJ 532.778.805-91 PLACA QKX2902

RENAVAM 1093783416 MARCA / MODELO JTA-SUZUKI / GSR1501

ANO FAB 2015 Nº CHASSI 9CDNG4AAJGM212109

CAT TIME 9

PRÊMIO TARIFÁRIO

FNS (R\$) 36,04 CUSTO DO SEGURO (R\$) 40,05

DEMATRAN (R\$) 4,00

IOF (R\$) 0,32

TOTAL A SER PAGADO SEGURO (R\$) 84,58

CUSTO DO BILHETE (R\$) 4,15 DATA DE QUITAÇÃO 25/03/2019

PAGAMENTO PARCELADO

COTA UNICA

6102 / NAT

**SEGURADORA LÍDER - DPVAT**

CNPJ 09.248.808/0001-04

CONTRAN

## **DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA**

**LEOMAR CELESTINO DO NASCIMENTO**, casado, autônomo, RG 909038 SSP/SE, CPF 532.778.805-91, residente e domiciliado na Rua Maria do Carmo A. Costa, 0100, Jabotiana, CEP: 49095-240, Aracaju-Se, declara, sob as penas da lei, que não possui condições financeiras de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo próprio e de sua família.

Aracaju, 27 de Janeiro de 2020.

  
**LEOMAR CELESTINO DO NASCIMENTO**



**DROGA RAPIDA MACEIO LTDA**  
AV. COELHO E CAMPOS, 58, INDUSTRIAL.  
CNPJ: 10.171.473/0018-53  
IE:271296810

**DANFE NFC-e - Documento Auxiliar da Nota Fiscal**

**NFC-e não permite aproveitamento de crédito de ICMS**

Cod.	Descrição	Qtde	Un	VI Unit	VI Desc	VI Total
7898108640104	20 UN	1,49		0,30	23,80	
COMP DE GAZE ESTER 11 FI						
7898495608381	1 CX	14,99		10,00	4,99	
VITERGYL C 1G 10CPR						
7898495608381	1 CX	14,99		10,00	4,99	
VITERGYL C 1G 10CPR						

<b>QUANTIDADE TOTAL DE ITENS</b>		3
Valor Total R\$		59,78
<b>VOCE ECONOMIZOU R\$</b>		26,00
Valor a Pagar		33,78
Forma de Pagamento	Valor Pago	
Cartão de Crédito		33,78
Troco R\$		0,00

Tributos Totais Incidentes (Lei Federal 12.741 /2012) 11,60

MD5: cdd48d0d9acafcb02a65f328f2c8f404

Trib aprox R\$: Fed 4,547,07 Imp

Fonte : IBPT

Operador/Vendedor: 7821 / 9214

Efetue a troca somente com Cupom Fiscal!!

Nº:000147772 Série:1 13/06/2019 10:19:17

Consulte pela Chave de Acesso em  
w [www.sped.fazenda.pr.gov.br](http://www.sped.fazenda.pr.gov.br)

**CHAVE DE ACESSO**

2819 0610 1714 7300 1853 6500 1000 1477 7210 0478 9998

**CONSUMIDOR**

Consumidor não informado

Consulta via leitor de QR Code



Protocolo de Autorização: 328190074374503  
13/06/2019 10:19:17



**DROGA RAPIDA MACEIO LTDA**  
 AV. COELHO E CAMPOS, 58, INDUSTRIAL,  
 CNPJ: 10.171.473/0018-53  
 IE: 271296810

**DANFE NFC-e - Documento Auxiliar da Nota Fiscal**

**NFC-e não permite aproveitamento de crédito de ICMS**

Cod.	Descrição	Qtde	Un	VI Unit	VI Desc	VI Total
7898108640104	10 UN	1,49		0,30		11,90
COMP DE GAZE ESTER 11 FI						
78980600397041	1 CX	2,24		0,45		1,79
ATAD DE CREPE10CM x 1,8 M						

**QUANTIDADE TOTAL DE ITENS**

Valor Total R\$	17,14
VOCE ECONOMIZOU R\$	3,45
Valor a Pagar	13,69
Forma de Pagamento	Valor Pago
Cartão de Crédito	13,69

Troco R\$ 0,00

Tributos Totais Incidentes (Lei Federal 12.741 /2012) 4,80

MD5: 7662e1121f89e08c0e0e52131b7b6

Trib aprox R\$: Fed 1,842,96 Imp

Fonte: IBPT

Operador/Vendedor: 23943 / 0993

Efetue a troca somente com Cupom Fiscal!!

Nº: 000145826 Série: 1 30/05/2019 10:03:03

Consulte pela Chave de Acesso em

www.sped.fazenda.pr.gov.br

**CHAVE DE ACESSO**

2819 0510 1714 7300 1853 6500 1000 1458 2610 0477 0359

**CONSUMIDOR**

Consumidor não informado

Consulta via leitor de QR Code



Protocolo de Autorização: 328190067906361  
 30/05/2019 10:03:03

**DROGA RAPIDA MACEIO LTDA**  
 AV. COELHO E CAMPOS, 58, INDUSTRIAL,  
 CNPJ: 10.171.473/0018-53  
 IE: 271296810

**DANFE NFC-e - Documento Auxiliar da Nota Fiscal**  
**NFC-e não permite aproveitamento de crédito de ICMS**

Cod.	Descrição	Qtde	Un	VI Unit	VI Desc	VI Total
7896004727806	1 CX	22,24		9,73		12,51
EMS EXPECTOR 120ML						
7898108640104	20 UN	1,49		0,30		23,80
COMP DE GAZE ESTER 11 FI						

**QUANTIDADE TOTAL DE ITENS**

Valor Total R\$	52,04
VOCE ECONOMIZOU R\$	15,73
Valor a Pagar	36,31
Forma de Pagamento	Valor Pago
Cartão de Crédito	36,31

Troco R\$ 0,00

Tributos Totais Incidentes (Lei Federal 12.741 /2012) 12,86

MD5: cdd48d0d9acafcb02a65f328f2c8f404

Trib aprox R\$: Fed 4,887,99 Imp

Fonte: IBPT

Operador/Vendedor: 7821 / 0993

Efetue a troca somente com Cupom Fiscal!!

Nº: 000146292 Série: 1 03/06/2019 09:45:19

Consulte pela Chave de Acesso em

www.sped.fazenda.pr.gov.br

**CHAVE DE ACESSO**

2819 0610 1714 7300 1853 6500 1000 1462 9210 0477 5041

**CONSUMIDOR**

Consumidor não informado

Consulta via leitor de QR Code



Protocolo de Autorização: 328190069710725  
 03/06/2019 09:45:19

**IMIFARMA PRODUTOS FARMACEUTICOS E COSMETICOS SA**  
 CNPJ: 04.899.316/0494-78  
 Insc. Est.: 271612436 Insc. Mun.: 1167476  
 AV MINISTRO GERALDO BARRETO SOBRAL, 215 -  
 JARDINS, ARACAJU, SE, BRASIL - 49026010

**DANFE NFC-e Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Consumidor**  
**Eletronica.**

Codigo	Descricao	Qtde	Un	V. Unit (R\$)	V. Desc (R\$)	V. Tr (R\$)	V. Tot (R\$)	V. Pag (R\$)
651077	ESPARAD MISSNER IMPERMEAVEL 10MMx4,5M	1,00	UN	11,35	1,36	6,23	11,35	9,99

QTD. TOTAL DE ITENS	1
VALOR TOTAL DOS PRODUTOS R\$	11,35
VALOR TOTAL R\$	9,99
FORMA DE PAGAMENTO	VALOR PAGO
Dinheiro	10,00
VALOR PAGO R\$	10,00
DESCONTO R\$	1,36
TROCO R\$	0,01
Informacao dos Tributos Totais	6,23
Incidentes R\$ (Lei Federal n 12.741/2012)	

0  
 VOCE ECONOMIZOU: 1,36  
 ORC: 66609 ATEND: 9201070 CX: 942 L3: 826  
 PARCERIA: 99999 PARCEIRO: 9000018260014242

Consulte pela Chave de Acesso em: <http://www.se.gov.br/nfce/consu>

28190604899316049478650010000625771000624367



**CONSUMIDOR NAO IDENTIFICADO**  
 Serie: 1 Numero: 62577  
 Emissao: 10/06/2019 11:07:00  
 Via do Consumidor  
 Protocolo: 328190072910481  
 Autorizacao: 10/06/2019 11:06:52



CONSULTADOR NÃO IDENTIFICADO  
 Número: 66189  
 Emissão: 25/06/2019 12:52:00  
 Via do Consumidor  
 Protocolo: 3281900795349079  
 Autorização: 25/06/2019 00:51:40



Consulte pela Chave de Acesso em: <http://www.se.gov.br/nfce/consu>  
 Ita

VOCE ECONOMIZOU: 7,94  
 SRC: 70442 AREND: 9201070 CX: 995 LJ: 826  
 PARCELA: 99999 PARCEIRO: 9000018260014242

QTD. TOTAL DE ITENS 1  
 VALOR TOTAL DOS PRODUTOS R\$ 22,53  
 VALOR TOTAL R\$ 22,53  
 FORMA DE PAGAMENTO VALOR PAGO 14,59  
 Cartão de Crédito 14,59  
 DESCONTO R\$ 7,94  
 TROCO R\$ 0,00  
 Informações dos Tributos Totais Incidentes R\$ (Lei Federal n. 12.741/2012) 5,90

Código 1159314  
 Qtd 1  
 Descricao UN V.Ln(R\$) V.Desc(R\$) V.Tot(R\$) V.Pag(R\$)  
 A. SEPTIC HERTZ SPRAY 50ML 22,53 7,94 5,90 14,59

DANFE NFC-e Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica  
 CNPJ: 04.899.316/0494-78  
 Insc. Est.: 271612436  
 AV MINISTRO GERALDO BARRETO SOBRAL, 215 - JARDINS, ARACAJU, SE, BRASIL - 49026010

DROGA RAPIDA MACEIO LTDA  
 AV. COELHO E CAMPOS, 58, INDUSTRIAL  
 CNP: 10.171.473/0018-53  
 IE: 271296810

**DANFE NFC-e - Documento Auxiliar da Nota Fiscal**  
**NFC-e não permite aproveitamento de crédito de ICMS**

Despesa com o fornecimento de crédito de ICMS						
Cod.	Descrição	Qtde	Un	VI Unit	VI Desc	VI Total
7896714210018		1	CX	19,62	13,63	5,99
DORALGINA 20CPR						
7898108640104		20	UN	1,49	0,30	23,80
COMP DE GAZE ESTER 1 FI						

**QUANTIDADE TOTAL DE ITENS** 2  
 Valor Total R\$ 49,42  
**VOCE ECONOMIZOU R\$** 19,63  
 Valor a Pagar 29,79  
 Forma de Pagamento Valor Pago 29,79  
 Cartão de Crédito  
 Troco R\$ 0,00  
 Tributos Totais Incidentes (Lei Federal 12.741 /2012) 10,30

MD5: cdd48d0d9acafcb02e35f328f2c8f404  
 Trib aprox R\$: Fed 4,016, C Imp  
 Fonte: IBPT  
 Operador/Vendedor: 7821 / 2183  
 Efetuamos troca somente com Cupom Fiscal!!  
 N°: 000148963 Série: 1 25/06/2019 10:38:36  
 Consulte pela Chave de Acesso em  
 w ww.spe: fazenda.pr.gov.br  
**CHAVE DE ACESSO**  
 2819 0610 1714 7300 1851 6500 1000 1489 6310 0480 2117

**COI: SUMIDOR**  
 Consumidor não informado  
 Consulta via leitor de QR Code



Protocolo de Autorização: 328190079449144  
 25/06/2019 10:38:36



Nome do Paciente:	Leomar Celestino do Nascimento	Idade:	45	Sexo:	M
Unidade de Produção:	SRPA	Leito:	05	Nº do Prontuário:	188485

DATA	HORA	EVOLUÇÃO
09/05	14:00	Admitido em SRPA após QTO cirurgico, ocorrido, sob efeito anestésico, segue xando de da no local da cirurgia; monitorado por AUP - MSE e curativos tipo de Tupper e MSD. Monitorizado, segue sob cuidados; Administrado Tranq. de horário.
	16:00	Encaminhado para UPC
	16:30	Paciente admitido no setor cardiologia consciente orientado segurando o queil eprimeis em uso de AUP.
	18:00	Administrado medicações de horário para controle da dor e sedação.
09/05	20h	Paciente, consciente, orientado; segue aliado 1 DM / HAS - Medicação PA, 140 x 85 - Ketar 487006 AT
	22	Medicação - Ketar 487006 AT
	24	Medicação - Ketar
	03	Segue quieto e bem intercorências - Ketar
	06	Medicação. Segue cuidados Ketar
09/05	08:30	Paciente no leito acordado, apresenta orientado eprimeis em uso de AUP no cubito direito. Paciente aceita a dieta oferecida. Desolado. Indicação de horário. Paciente gerando bem sem expul + estir do leito + curtos em uso orientado e na campanha de educação dos cuidados da enfermagem.
		Paciente no cubito direito



# HOSPITAL DE URGENCIAS DE SERGIPE

## FICHA DE ATO CIRÚRGICO

PACIENTE: Leomar Celso dos Naveantes

DIAG. PRÉ-OPERATÓRIO: fratura de tíbia proximal

CIRURGIA REALIZADA: RAB

CIRURGIÃO: Denis Cabral / Impo Col. Col

AUXILIARES: Roberto

ANESTESIA: Blague

ANESTESISTA: DR(A) Fabiano

DIAG. PÓS OPERATÓRIO: O MESMO

☒ CIRURGIA LIMPA ☐ CIR. POTENCIALMENTE CONTAMINADA  
☐ CIRURGIA CONTAMINADA ☐ CIR. INFECTADA

INFECÇÃO PRESENTE À ADMISSÃO? ☐ SIM ☒ NÃO

TOPOLOGIA DA INFECÇÃO:

☐ VIAS AÉREAS SUP. ☐ PULMONAR ☐ URINÁRIA ☐ SNC ☐ TGI  
☐ CUTÂNEO ☐ AP. CARDIO-VASCULAR ☐ PLEURA ☐ OUTROS

### DESCRIÇÃO DO ATO CIRÚRGICO

1- PACIENTE EM DDH SOB ANESTESIA

2- ASSEPSIA E ANTISSEPSIA + COLOCAÇÃO DE CAMPOS ESTÉREIS

3- ACESSO, DETO G. TOTAL, DISECÇÃO POR OMBRO

4- VISUALIZAÇÃO, CURETISMO E REDUÇÃO E

5- FIXAÇÃO COM 02 FIOS DE KIRSCHNER 2.0

6- Limpeza com 05% IYD

7- Sutura por planos

8- Curativo OCLUSIVO

9- ASERVA

10-

11- Em Tempo: Procedimento Realizado

12- AUXÍLIO DA FIBROSCOPIA

DATA: 01/2019

Dr. Denis Cabral Duarte  
CRM - 4163 - RBO 12353  
Ortopedia e Traumatologia

Assinatura do Cirurgião



HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO

FICHA DE INTERNACAO  
IDENTIFICACAO DO PACIENTE

Reg. Definitivo....: 188485  
 Numero do CNS.....: 0000000000000000  
 Nome.....: LEOMAR CELESTINO DO NASCIMENTO  
 Documento.....: Tipo :  
 Data de Nascimento: 4/02/1972 Idade: 47 anos  
 Sexo.....: MASCULINO  
 Responsavel.....: PEDRO FILHO DO NASCIMENTO  
 Nome da Mae.....: MARIA JOSE CELESTINO DO NASCIM  
 Endereco.....: RUA MARIA DO CARMO ANIBRADE ROCHA 100 124241267730007  
 Bairro.....: JABUTIANA Cep.: 49000-000  
 Telefone.....: 79/30275292  
 Municipio.....: 2800308 - - SE  
 Nacionalidade.....: BRASILEIRO  
 Naturalidade.....: SERGIPE

DADOS DA INTERNACAO

Forma de Entrada...: 4 - EMERGENCIA No. do BE: 1006428  
 Clinica.....: 945 - PS VERDE TRAUMA II  
 Leito.....: 999.0105  
 Data da Internacao: 08/05/2019  
 Hora da Internacao: 20:38  
 Medico Solicitante: 116.335.815-00 - ANTONIO FRANCO CABRAL  
 Proced. Solicitado: NAO INFORMADO  
 Diagnostico.....: NAO INFORMADO  
 Identif. Operador.: TSANTOS

INFORMACOES DE SAIDA

Proc. Realizado:  
 Dt. Hr Saida:  
 Especialidade:  
 Tipo de Saida:  
 CID Principal:  
 ID Secundario:  
 Principal:  
 Secundario:  
 Outro:



INFARMA PRODUTOS FARMACEUTICOS E COSMETICOS SA  
 CNPJ: 04.899.316/0494-78  
 Insc. Est.: 271612436 Insc. Mun.: 1167476  
 AV MINISTRO GERALDO BARRETO SOBRAL, 215 -  
 JARDINS, ARACAJU, SE, BRASIL - 49026010

DAFEE AFR e Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Consumidor  
 Eletrônica

Código	Descrição	Qtd	Un	V. Unit (R\$)	V. Desc (R\$)	V. Tr (R\$)	V. Tot (R\$)	V. Pag (R\$)
1269593	COMPR GAZE GALDI 7,5X7,5 13F 10UN	7,00	UN	2,83	0,00	0,00	19,81	19,81

QTD TOTAL DE ITENS 1  
 VALOR TOTAL DOS PRODUTOS R\$ 19,81  
 VALOR TOTAL R\$ 19,81  
 FORMA DE PAGAMENTO VALOR PAGO  
 Dinheiro 20,00  
 VALOR PAGO R\$ 20,00  
 TROCO R\$ 0,19  
 Informações dos Tributos Totais Incidentes R\$ (Lei Federal n 12.741/2012) 0,00

0  
 GRF: 60249 ATEHD: 9201067 CX: 872 LJ: 826

Consulte pela Chave de Acesso em: <http://www.se.gov.br/nfce/consulta>  
 Ita  
 28190504899316049476650010000564461000563154



CONSUMIDOR NÃO IDENTIFICADO  
 Série: 1 Número: 56446  
 Emissão: 17/05/2019 18:58:00  
 Via do Consumidor  
 Protocolo: 328190062574972  
 Autorização: 17/05/2019 18:57:55

LRX PRODUTOS FARMACEUTI CNPJ:17.480.541/0003-29  
 RUA PROMOTOR ALISSON PORTO, 34, JABUTIANA, Araca  
 ju, SE  
 Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Consumidor  
 Eletrônica

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTD	UN	VL	UN	VL	TOTAL
7898954425016	COMPRESSA GAZE 7,5X7,5 13F C/10 ES	7,52	UN	7,52	13F	10 ES	5,52
T VE	3UNDx1,84	5,52					
QTD. TOTAL DE ITENS		1					
VALOR TOTAL R\$		5,52					
Dinheiro		5,52					

EMISSION NORMAL

Número: 26959 Série: 1  
 Emissão: 27/05/2019 17:05:41 - Via do Consumidor  
 Consulte pela Chave de Acesso em  
<http://www.sefaz.se.gov.br/nfce/consulta>  
 2819 0517 4805 4100 0329 6500 1000 0269 5912 9745 4712  
 Protocolo de Autorização: 328190066784523  
 Data de autorização: 27/05/2019 17:05:42  
 CONSUMIDOR NÃO IDENTIFICADO



MD5: 696CEFD0BE29F1996F8DD60A3F075C0F  
 Val Aprox Tributos R\$1,48 (26,81%) Fonte: IBPT  
 Balc: 523 N. Controle: 286811  
 AGRADECEMOS A PREFERENCIA  
 FONE  
 Informações dos Tributos Totais Incidentes (Lei  
 Federal 12.741/2012): R\$ 1,48

LRX PRODUTOS FARMACEUTI CNPJ:17.480.541/0003-29  
 RUA PROMOTOR ALISSON PORTO, 34, JABUTIANA, Araca  
 ju, SE

Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Consumidor  
 Eletrônica

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTD	UN	VL	UN	VL	TOTAL
7898954425016	COMPRESSA GAZE 7,5X7,5 13F C/10 ES	9,20	UN	9,20	13F	10 ES	9,20
T VE	5UNDx1,84	9,20					
QTD. TOTAL DE ITENS		1					
VALOR TOTAL R\$		9,20					
Dinheiro		10,00					
TROCO R\$		0,80					

EMISSION NORMAL

Número: 26827 Série: 1  
 Emissão: 25/05/2019 10:07:21 - Via do Consumidor  
 Consulte pela Chave de Acesso em  
<http://www.sefaz.se.gov.br/nfce/consulta>  
 2819 0517 4805 4100 0329 6500 1000 0268 2718 9429 0966  
 Protocolo de Autorização: 328190065810455  
 Data de autorização: 25/05/2019 10:07:28  
 CONSUMIDOR NÃO IDENTIFICADO



MD5: 696CEFD0BE29F1996F8DD60A3F075C0F  
 Val Aprox Tributos R\$2,46 (26,74%) Fonte: IBPT  
 Balc: 68 N. Controle: 286672  
 AGRADECEMOS A PREFERENCIA  
 FONE  
 Informações dos Tributos Totais Incidentes (Lei  
 Federal 12.741/2012): R\$ 2,46



IMIFARMA PRODUTOS FARMACEUTICOS E COSMETICOS SA  
CNPJ: 04.899.316/0494-78  
Insc. Est.: 271612436 Insc. Mun.: 1167476  
AV MINISTRO GERALDO BARRETO SOBRAL, 215 -  
JARDINS, ARACAJU, SE, BRASIL - 49026010

DANFE NFC-e Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Consumidor  
Eletronica.

Codigo	Descricao	Un	V. Unit(R\$)	V. Desc(R\$)	V. Tr(R\$)	V. Tot(R\$)	V. Pag(R\$)
651077	ESPARAD MISSNER IMPERMEAVEL 10MMX4,5M	UN	11,35	1,36	6,23	11,35	9,99
1,00							

QTD. TOTAL DE ITENS 1  
VALOR TOTAL DOS PRODUTOS R\$ 11,35  
VALOR TOTAL R\$ 9,99  
FORMA DE PAGAMENTO VALOR PAGO  
Cartao de Credito 9,99  
VALOR PAGO R\$ 1,36  
DESCONTO R\$ 0,00  
TROCO R\$ 6,23  
Informacao dos Tributos Totais  
Incidentes R\$ (Lei Federal n 12.741/2012)

0  
VOCE ECONOMIZOU: 1,36  
ORC: 65295 ATEND: 9201066 CX: 933 LJ: 826  
PARCERIA: 99999 PARCEIRO: 9000018260014242

Consulte pela Chave de Acesso em: <http://www.se.gov.br/nfce/consulta>  
lta  
28190604899316049478650010000613261000611856



CONSUMIDOR NAO IDENTIFICADO  
Serie: 1 Numero: 61326  
Emissao: 05/06/2019 12:58:00  
Via do Consumidor  
Protocolo: 328190070794301  
Autorizacao: 05/06/2019 00:57:57

duido p  
Cor

IMIFARMA PRODUTOS FARMACEUTICOS E COSMETICOS SA  
CNPJ: 04.899.316/0494-78  
Insc. Est.: 271612436 Insc. Mun.: 1167476  
AV MINISTRO GERALDO BARRETO SOBRAL, 215 -  
JARDINS, ARACAJU, SE, BRASIL - 49026010

DANFE NFC-e Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Consumidor  
Eletronica.

Codigo	Descricao	Un	V. Unit(R\$)	V. Desc(R\$)	V. Tr(R\$)	V. Tot(R\$)	V. Pag(R\$)
1159314	A. SEPTICO HERTZ SPRAY 50ML	UN	22,53	9,14	0,00	22,53	13,39
1,00							
4576576	GEN LEVUPROFENO MEDLEY 150MG 100CMP	UN	37,23	16,75	0,00	37,23	20,48
1,00							

QTD. TOTAL DE ITENS 2  
VALOR TOTAL DOS PRODUTOS R\$ 59,76  
VALOR TOTAL R\$ 33,87  
FORMA DE PAGAMENTO VALOR PAGO  
Cartao de Credito 33,87  
VALOR PAGO R\$ 25,89  
DESCONTO R\$ 0,00  
TROCO R\$ 0,00  
Informacao dos Tributos Totais  
Incidentes R\$ (Lei Federal n 12.741/2012)

0  
VOCE ECONOMIZOU: 25,89  
ORC: 60998 ATEND: 910237 CX: 878 LJ: 826  
PARCERIA: 601

Consulte pela Chave de Acesso em: <http://www.se.gov.br/nfce/consulta>  
lta  
28190504899316049478650010000571521000570210



CONSUMIDOR NAO IDENTIFICADO  
Serie: 1 Numero: 57152  
Emissao: 20/05/2019 16:05:00  
Via do Consumidor  
Protocolo: 328190063704926  
Autorizacao: 20/05/2019 16:04:49

IMIFARMA PRODUTOS FARMACEUTICOS E COSMETICOS SA  
CNPJ: 04.899.316/0494-78  
Insc. Est.: 271612436 Insc. Mun.: 1167476  
AV MINISTRO GERALDO BARRETO SOBRAL, 215 -  
JARDINS, ARACAJU, SE, BRASIL - 49026010

DANFE NFC-e Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Consumidor  
Eletronica.

Codigo	Descricao	Un	V. Unit(R\$)	V. Desc(R\$)	V. Tr(R\$)	V. Tot(R\$)	V. Pag(R\$)
47094	AIAD CREPON CREMER 15CM X 1,80M	UN	5,67	0,68	0,00	5,67	4,99
1,00							
47094	AIAD CREPON CREMER 15CM X 1,80M	UN	5,67	0,68	0,00	5,67	4,99
1,00							
651077	ESPARAD MISSNER IMPERMEAVEL 10MMX4,5M	UN	11,35	1,36	0,00	11,35	9,99
1,00							
115932b	A. SEPTICO HERTZ 30ML	UN	7,94	0,95	0,00	7,94	6,99
1,00							
1451034	COMPR GAZE GLOIT 7,5X7,5 11F 5UN	UN	1,69	1,22	0,00	10,14	8,92
6,00							
5							
QTD. TOTAL DE ITENS			40,77				
VALOR TOTAL DOS PRODUTOS R\$			35,88				
VALOR TOTAL R\$			35,88				
FORMA DE PAGAMENTO							
Cartao de Credito							
VALOR PAGO R\$			35,88				
DESCONTO R\$			4,89				
TROCO R\$			0,00				
0,00							

Informacao dos Tributos Totais  
Incidentes R\$ (Lei Federal n 12.741/2012)

0  
VOCE ECONOMIZOU: 4,87  
ORC: 59758 ATEND: 9201088 CX: 866 LJ: 826  
PARCERIA: 99999 PARCEIRO: 9000018260014242

Consulte pela Chave de Acesso em: <http://www.se.gov.br/nfce/consulta>  
lta  
28190504899316049478650010000559591000558399



CONSUMIDOR NAO IDENTIFICADO  
Serie: 1 Numero: 55959  
Emissao: 16/05/2019 10:05:00  
Via do Consumidor  
Protocolo: 328190061791639  
Autorizacao: 16/05/2019 10:05:20



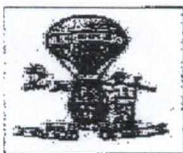


INSTITUTO MÉDICO LEGAL  
**LAUDO PERICIAL**  
**Sanidade Física Complementar**  
**(Lesões)**

*Leomar Celestino do Nascimento*

*Laudos nº 10275/2019*

**ESTE CONFERIR COM O ORIGINAL**  
**Em 05/12/2019**  
**Laércio Figueiredo de Souza**  
**Agente de Polícia Judiciária**



GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
COORDENADORIA GERAL DE PERÍCIAS  
INSTITUTO MÉDICO LEGAL "DR. AUGUSTO LEITE"

LAUDO DO EXAME DE SANIDADE FÍSICA  
COMPLEMENTAR (LESÕES)

quarta-feira, 13 de novembro de 2019

Nº Laudo  
10275/2019

Dados Da Vítima

Nome da Vítima	Nascimento	Idade	Naturalidade
LEOMAR CELESTINO DO NASCIMENTO	04/02/1972	47	SÃO PAULO
Estado Civil	Sexo	Cor	Profissão
CASADO	MASCULINO	PARDA	COMERCIANTE.
Instrução	Nome da Mãe	Nome do Pai	UF
NAO INFORMADO	Mª JOS ECELESTINO DO NASCIMENTO	PEDRO FILHO DO NASCIMENTO	SP
Endereço	Bairro	Município	
R.Mª DO CARMO ANDRADE COSTA, 100	JABOTIANA	ARACAJU/SE.	
Nome da Autoridade	Função	Unidade	
DANIELA RAMDS L. BARRETO	DANIELA RAMDS L. BARRETO	DEDT	
1º Perito Relator	Cremese/Croze	2º Perito Relator	Cremese/Croze
DR. RONMEL LISBOA DDS SANTOS	3173		LAUDO Nº 10275/2019

Local da Perícia  
Sala de Necrópsias do IML

Historico/Descrição/Discussão/Conclusão

Historico

O periciando compareceu no dia de hoje para submeter-se a exame complementar ao laudo 6973/2019.

Descrição

Ao exame apresenta as mesmas cicatrizes descritas no laudo anterior, além de limitação funcional de repercussão moderada na função do ombro direito.

Discussão

As lesões descritas, considerando sua natureza articular, são de caráter permanente. Resultaram em dano funcional permanente e parcial incompleto de repercussão moderada, comprometendo a mobilidade do membro superior direito.

Conclusão

1) Em face do exposto concluímos que, do acidente, resultou para o periciado um dano permanente e parcial incompleto de repercussão moderada comprometendo a mobilidade do membro superior direito.

2) Exame realizado às 10h00 do dia 13/11/2019.

Quesitos Respostas

1º) Se a lesão corporal sofrida pelo paciente resultou em mutilação ou amputação, deformidade permanente do uso de algum órgão ou membro, ou qualquer enfermidade incurável que para sempre não puder exercer o seu trabalho?

Sim seqüela permanente em membro superior direito

2º) Se os ferimentos produziram no paciente, incômodo de saúde que o impossibilitasse do serviço por mais de 30 dias?

Sim.

3º) Qual o estado de saúde do paciente?

Bom.

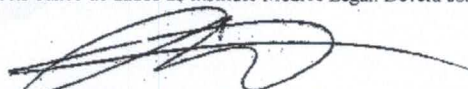
ESTE COMPARECE COM O ORIGINAL  
em 03/12/2019

Laécio Figueiredo de Souza  
Agente de Polícia Judiciária



4º) Qual o tempo provável para o seu restabelecimento?  
Indeterminada.

Este documento foi expedido via eletrônica (expresso), nos termos da legislação vigente. Confere com o original em arquivo digital, disponível no banco de dados do Instituto Médico Legal. Deverá conter o carimbo da unidade policial responsável pela impressão.



DR. RONMEL LISBOA DOS SANTOS  
3173

Dr. Ronmel Lisboa dos Santos  
Perito Médico - Legal  
CRM - SE 3173

LAUDO Nº 10275/2019

ESTE COMPROVA COM O ORIGINAL  
Em 05/12/2019

Laércio Figueiredo de Souza  
Agente de Polícia Judiciária



INSTITUTO MÉDICO LEGAL  
**LAUDO PERICIAL**  
**Lesões Corporais**

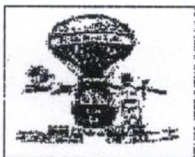
**LEOMAR CELESTINO DO NASCIMENTO**

**Laudó nº 6973/2019**

ESTE CONFERE COM O ORIGINAL

Em 19/08/19

  
Carlos Rodrigo Ribeiro de Almeida  
Escrivão de Polícia Judiciária



GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
COORDENADORIA GERAL DE PERÍCIAS  
INSTITUTO MÉDICO LEGAL "DR. AUGUSTO LEITE"

LAUDO DO EXAME DE LESÕES CORPORAIS

quarta-feira, 31 de julho de 2019

Nº Laudo  
6973/2019

Dados Da Vítima

Nome da Vítima	Nascimento	Idade	Naturalidade
LEOMAR CELESTINO DO NASCIMENTO	04/02/1972	47	SÃO PAULO
Estado Civil	Sexo	Cor	Profissão
IGNORADO	MASCULINO	PARDA	COMERCIANTE.
Instrução	Nome da Mãe	Nome do Pai	UF
IGNORADO	MARIA J. CELETINO DO NASCIMENTO	PEDRO F. DO NASCIMENTO	SP
Endereço	Bairro	Município	
RU M. DO CARMO ANDRADE COSTA, 100	JABOTIANA	ARACAJU/SE.	
Nome da Autoridade	Função	Unidade	
DANIELA R. L. BARRETO	DANIELA R. L. BARRETO	DEDT	
1º Perito Relator	Cremeset/Crose	2º Perito Relator	Cremeset/Crose
DR. RONMEL LISBOA DOS SANTOS	3173		LAUDO Nº6973/2019
Local da Perícia	Tipo	Causa	
Sala do IML			

Histórico/Descrição

Histórico

Relata o periciando que foi vítima de acidente de trânsito (queda de motocicleta), fato ocorrido no dia 17/04/2019, às 09h30, nesta Capital. Socorrido por populares e encaminhado ao HUSE.

Descrição

Ao exame apresenta cicatriz linear, normotrófica, localizada em face anterior do terço proximal do braço direito, medindo 10,0cm; duas cicatrizes circulares e hipertróficas, com diâmetro de 1,0cm cada, localizadas em face externa do terço proximal do braço direito. Tem limitação para realizar elevação e abdução do membro superior direito. Trouxe relatório médico assinado pela Drª. Ana Luiza Pinheiro, CRM 789, relatando que o paciente foi submetido a fixação de fratura em úmero direito.

Comentário Médico/Conclusão/Questões Respostas

Comentário Médico - Forense

Existe compatibilidade entre os achados e a ação contundente. As lesões não resultaram em perigo de vida, porém se faz necessário afastá-lo de suas ocupações habituais por período superior a 30 dias.

Conclusão

- 1)Depende de exame complementar após 90 dias.
- 2)Houve ofensa à integridade física da vítima.
- 3)Lesões produzidas por ação contundente.
- 4)Exame realizado às 09h30 do dia 31/07/2019.

ESTE CONFERE COM O ORIGINAL

Em 19/08/19

Carlos Rodrigo Ribeiro de Almeida  
Escrivão de Polícia Judiciária



**Quesitos/Respostas**

1º) Houve ofensa a integridade ou a saúde do paciente?

Sim.

2º) Qual o instrumento ou meio que produziu a ofensa?

Contundente.

3º) A ofensa foi produzida com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou por meio insidioso ou cruel, ou que podia resultar perigo comum?

Não.

4º) Da ofensa resultou incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta (30) dias?

Sim.

5º) Da ofensa resultou perigo de vida?

Não.

6º) Da ofensa resultou incapacidade incurável perda ou inutilização de membro, sentido ou função ou deformidade permanente?

Depende de exame complementar após 90 dias.

Este documento foi expedido via eletrônica (expresso), nos termos da legislação vigente. Confere com o original em arquivo digital, disponível no banco de dados do Instituto Médico Legal. Deverá conter o carimbo da unidade policial responsável pela impressão.

DR. RONMEL LISBOA DOS SANTOS

3173  
Dr. Ronmel Lisboa dos Santos  
Perito Médico - Legal  
CRM - SE 3173

LAUOO Nº6973/2019

ESTE CONFERE COM O ORIGINAL

Em 19/08/19

Carlos Rodrigo Ribeiro de Almeida  
Escrivão de Polícia Judiciária

5.9. ORTO (CABM)

MS/DATASUS HOSPITAL GOVERNADOR JOAC ALVES FILHO  
No. DO BE: 1906428 DATA: 08/05/2019 HORA: 20:36 USUARIO: TSANTOS  
CNS: SETOR: 05-ORTOPEDIA

IDENTIFICACAO DO PACIENTE  
NOME : LEOMAR CELESTINO DO NASCIMENTO DOC....:  
IDADE.....: 47 ANOS NASC: 04/02/1972 SEXO...: MASCULINO  
ENDERECO.....: RUA MARIA DO CARMO ANDRADE ROCHA NUMERO: 100  
COMPLEMENTO....: 124241267730007 BAIRRO: CABUTIANA  
MUNICIPIO.....: ARACAJU UF: SE CEP....: 49000-000  
NOME PAI/MAE...: PEDRO FILHO DO NASCIMENTO /MARIA JOSE CELESTINO DO NASC  
RESPONSAVEL....: O PROPRIO TEL....: 79/3027529  
PROCEDENCIA....: 13 DE JULHO 2  
ATENDIMENTO....: CIRURGIAS ORTOPEDICAS TRAUMA: NAO  
CASO POLICIAL..: NAO PLANO DE SAUDE.....: NAO  
ACID. TRABAHEC: NAO VEIO DE AMBULANCIA: NAO

A: [ X ] mmHg ] PULSO: [ ] TEMP.: [ ] PESO: [ ]

EXAMES COMPLEMENTARES: [ ] RAIO X [ ] SANGUE [ ] URINA [ ] TC  
[ ] LIQUOR [ ] ECG [ ] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [ ] SIM [ ] NAO

DADOS CLINICOS: DATA PRIMEIROS SINTOMAS: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

ANOTACOES DA ENFERMAGEM:

DIAGNOSTICO: CID:  
PRESCRICAO HORARIO DA MEDICACAO

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

DATA DA SAIDA: / / HORA DA SAIDA: :  
ALTA: [ ] DECISAO MEDICA [ ] A PEDIDO [ ] EVASAO [ ] DESISTENCIA  
[ ] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO  
INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR): \_\_\_\_\_

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):  
OBITO: [ ] ATE 48HS [ ] APOS 48HS [ ] FAMILIA [ ] IML [ ] ANAT. PATOL

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSAVEL ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO



L-0615

# HUSE

HOSPITAL URGÊNCIA DE SERGIPE

## PRESCRIÇÃO E EVOLUÇÃO MÉDICA

**PACIENTE:** *Wagner Cleber Pereira*  
**DIAGNÓSTICO:** *Fratura humeral*

**DATA:** 09/05/2019

01. DIETA VO LIVRE	<i>SND</i>
02. ACESSO HIDROLIZADO	<i>em uso</i>
03. KEFAZOL 1G EV 8/8H OU KEFLIN 1G IV 6/6	<i>1g 2x 06 12</i>
04. TRAMAL - 500MG + SF0,9% 100 ML EV DE 8/8H	<i>1x 2x 06</i>
05. PROFENID 500MG + SF0,9% 100ML EV 12/12H	<i>2x 06</i>
06. DAPIRONA 1G, EV, 06/06	<i>1x 2x 06 12</i>
10. PLASIL 2,0 ML + AD 8,0 ML EV 8/8 SOS	<i>SOS</i>
11. GLICOSE 50%, 02 AMPOLAS, EV, SE HGT<70	<i>SOS</i>
12. INSULINA REGULAR, SC, CONFORME ESQUEMA: 180-200: 2U 201-250: 4U 251-300: 6U 301-350: 8U 351-400: 10U >400: 12U	
13. SSVV E CCGG	<i>1x 2x 06 12</i>
14. OLEO MINERAL 20ML VO SE CONSTIPACAO	<i>SOS</i>
15. LUFTAL 40 GTS SE NECESSARIO	<i>SOS</i>
16. CURATIVO DIÁRIO	<i>curto</i>
<i>Pr de controle</i>	<i>curto</i>

**EVOLUÇÃO** *Aumento de peso de 3 meses e aumento de peso  
*chamado D*  
 Admitido no HO cirurgia com o corpo.*

Dr. Denis Fabral Duarte  
 CRM - 4163 - TEOT 12353  
 Ortopedia e Traumatologia

140x85





**RECEITUÁRIO MÉDICO**

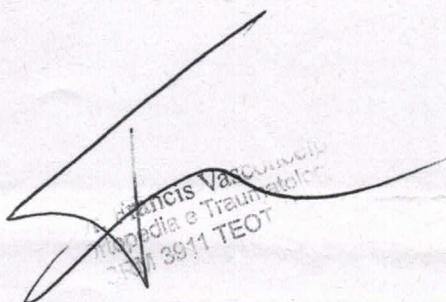
Médico: FRANCIS LIMA DE VASCONCELOS

Paciente: LEOMAR CELESTINO DO NASCIMENTO

Data do Atendimento: 05/06/2019

RECEITA

FLANCOX 500mg \_\_\_\_\_ 01 Caixa  
USO: Oral, 01 comprimido de 12h/12h, por 5 dias.

  
Francis Vasconcelos  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM 3911 TEOT

RP3000N

FRANCIS LIMA DE VASCONCELOS

05/06/2019 11:30

10.1.32.205

## AMBULATÓRIO DE RETORNO DO HUSE

### RECEITUÁRIO

PACIENTE:

Romer Celestino de Nova

Relatório

ps op do olho E. Almo em

Interação

sem sintomas de trauma

solução Alina 12/10

Mina 20

Polo Nova

Tudo Indicação

6 (500) pesos

CID-542.2

Dr. Sérgio Cabral  
Ortopedia e Traumatologia  
Cirurgia de Ombro e cotovelo  
CRM 3385

DATA

27/10/18

MÉDICO (Assinatura e Carimbo)





GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE



Fundação  
Hospitalar  
de Saúde

HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE (HUSE)

RECEITUÁRIO

PACIENTE: Leomar Calisto de Almeida

*Sobrinho:*

*Tipificação de Tipo "MJ"*

DR. MÁRCIO M. ROCHA  
Ortopedia / Traumatologia  
Cirurgia do Joelho  
Cirurgia do Pé e do Tornozelo  
CRM-SE 3592 / TEOT 0723

DATA    /    /   

*17/24/15*

MÉDICO (Assinatura e carimbo)





GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE



Fundação  
Hospitalar  
de Saúde

HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE (HUSE)  
RECEITUÁRIO

PACIENTE: Leandro Roberto de Nogueira

Uso Int

Novum 500mg 1000  
uso: oral, tomar 1000mg d 12/12h  
na dose prescrita.

DR. MARCIO M. ROCHA  
Ortopedia / Traumatologia  
Cirurgia do Joelho  
Clínica do Pé e do Tornozelo  
CRM-SE 3592 / TEOT 10723

DATA    /    /   

17/4/15

MÉDICO (Assinatura e carimbo)





GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE



Fundação  
Hospitalar  
de Saúde

HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE (HUSE)

RECEITUÁRIO

PACIENTE:

Leonor Pelitino do Nascimento

Uro Int

Urolit 400mg OLA  
Uro: oral, tomar OLA qd 12/12h

Finasterida 5mg OLA  
Uro: oral, tomar OLA qd 8/8h

DR. MÁRCIO M. ROCHA  
Ortopedia / Traumatologia  
Cirurgia do Joelho  
Cirurgia do Pé e do Tornozelo  
CRM-SE 35977 / TEO 10727

DATA    /    /   

18 / 4 / 13

MÉDICO (Assinatura e carimbo)



HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE (HUSE)

RECEITUÁRIO

PACIENTE: Leonor Celestino do Nascimento

Rx

Bimotrud 150mg — 01x  
Uso: 1x, 01 comp. 1 dia por  
5 dias.

it

Novelgine 1g — 01x  
Uso: 1x, 01 comp. 818 h por  
5 dias

DATA 10, 5, 19

Heitz

DUPLA CONFERÊNCIA  
Loja: SHOPPING JARDINS, 11  
Data: 2005, 1, 19  
Conferido por: [Assinatura]  
Dispensado por: [Assinatura]





GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE



HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE (HUSE)  
RECEITUÁRIO

PACIENTE: Leamer Celestino do Nascimento  
cio oul

① Flonox 500mg ————— 14  
1 com. 10/11/12

DATA   /  /  

Thiago M. Leal  
Ortopedista CRM 4728

18 JAN 2013  
MÉDICO (Assinatura e Carimbo)





**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARACAJU**  
**US MANOEL DE SOUZA PEREIRA SOL NASCENTE**  
**Endereço: Maria do Carmo Andrade Costa, SN - JABOTIANA**  
**- ARACATII**

1ª Via

**US MANOEL DE SOUZA PEREIRA SOL NASCENTE**

**Receituário de Medicamentos Próprios**

**Paciente:** 525519761 - LEOMAR CELESTINO DO NASCIMENTO  
**C.N.S.:** 700.8009.9312.4884

**Prescrever os seguintes medicamentos abaixo:**

1) DAPIRONA 500 MG.....20 COM  
TOMAR 1 COMP. A CADA 6H SE FEBRE OU DOR.

2) OMEPRAZOL 20MG.....30 CPS  
1 COMPRIMIDO EM JEJUM

USF Manoel de Souza Pereira  
JABOTIANA

USF Manoel de Souza Pereira  
JABOTIANA

**Fundo Municipal de Saúde de Aracaju, 16 de Maio de 2019.**

Para uso, exclusivo nos serviços próprios da Secretaria de Saúde.

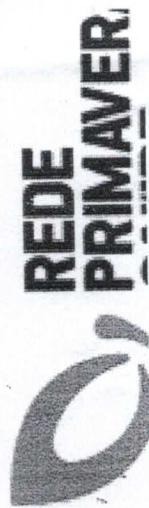
Prescrever conforme determinada a legislação vigente (Decreto 74.170 de 10/06/74; Port N3.916/GM de

30/10/98, REs 391/99 ANVS/MS).

O descumprimento destas normas está sujeito a penalidades.

Drª Tatiana Richter Nascimento  
Clínica Geral  
CRM 2266

**TATIANA RICHTER NASCIMENTO**  
**CRM: 2266/SE**  
**US MANOEL DE SOUZA PEREIRA SOL NASCENTE**



RECIBO Nº 9331125

Recêbemos de LEONAR CELESTINO DO NASCIMENTO a importância de R\$33,23 (trinta e três reais e vinte e três centavos) referente ao atendimento nº 1408768 em 21/06/2019.

Aracaju, 21 de junho de 2019

*Carlison Silva Santos*

Assinatura

ESTE RECIBO NÃO TEM VALIDADE FISCAL

Av. Ministro Geraldo Barreto Sobral, 2277 - Jardins - Aracaju-SE, CEP 49026-010, CNPJ 13.356.779/0001-24 - Tel. (79)3249-3548



Impresso em 21/06/2019 09:00:44 por Carlison Silva Santos



# RELATÓRIO MÉDICO

NOME DO PACIENTE: Leomar Celestino do Nascimento  
DATA DA ENTRADA: 08/05/2019  
DATA DA SAÍDA: 10/05/2019

Obs.: Dados obtidos mediante análise do prontuário, sem ter contato profissional com o paciente, isto é, a responsabilidade do atendimento cabe aos médicos que o assistiram.

INTERNAMENTO: PS ( ) ENFERMARIA ( ) UTI ( )

## HISTÓRICO CLÍNICO:

Paciente admitido para submeter-se a  
cirurgia ortopédica em decorrência de fratura  
de úmero D. Realizada fixação de fratura,  
sem intercorrências. Evoluindo bem e sendo  
alta hospitalar.

## HISTÓRICO CIRÚRGICO:

Redução e fixação de fratura com fios de  
Kirschner

## EXAMES COMPLEMENTARES:

Radiografias  
ECG

## MÉDICOS ASSISTENTES:

Dr. Arthur Celso  
Dr. Denis Celso  
Dr. Hertz Tavares

CONDIÇÕES DE ALTA: MELHORADO (X) TRANSFERIDO ( ) ÓBITO ( )

ARACAJU, 10 de junho de 2019

Ana Luíza Pinheiro Barreto  
MÉDICO DO SETOR DE ANÁLISE DE PRONTUÁRIO



# Registro de Enfermagem no Trans-Operatório

NOME	Leomar Celestino do Nascimento			PRONTUÁRIO	188485		
RECEBIDO NA S.O. POR	Equipe			DATA	09/05/19	SALA	09
NÍVEL DE CONSCIÊNCIA	ACORDADO	SONOLENTO	AGITADO	COMATOSO			
CIRCULANTE	Cérebro		PROCEDÊNCIA				
ENTRADA S.O.	11:30 h	INÍCIO DA ANESTESIA	11:50 h	INÍCIO DA CIRURGIA	h		
SAÍDA DA S.O.	h	FIM DA ANESTESIA	13:50 h	FIM DA CIRURGIA	13:50 h		
CIRURGIÃO	Dr. Denis Calad		1º AUXILIAR	Dr. Sérgio Calad			
ANESTESISTA	Dr. Patrícia		2º AUXILIAR				
INSTRUMENTADOR			LATERALIDADE	( ) DIREITA ( ) ESQUERDA ( ) NA			
CIRURGIA PROPOSTA	Tb. cirurgico com fixação						
CIRURGIA REALIZADA	em MSE						

## TÉCNICA ANESTÉSICA

GERAL VENOSA	GERAL INALATÓRIA	GERAL COMBINADA	GERAL BALANCEADA	RAQUIANESTESIA
PERIDURAL C/ CATETER	PERIDURAL S/ CATETER	SEDAÇÃO	BLOQUEIO DO PLEXO	LOCAL
TUBO ENDOTRAQUEAL ( ) ORAL ( ) NASAL		Nº:	TUBO ARAMADO	Nº:
			MÁSCARA LARINGEA	

## ASSEPSIA

PVPI TÓPICO	PVPI ALCOÓLICO	PVPI DERGEMANTE	CLOREXID. ALCOÓLICO	CLOREXID. DERGEMANTE	CLOREXID. AQUOSA
-------------	----------------	-----------------	---------------------	----------------------	------------------

## EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS UTILIZADOS

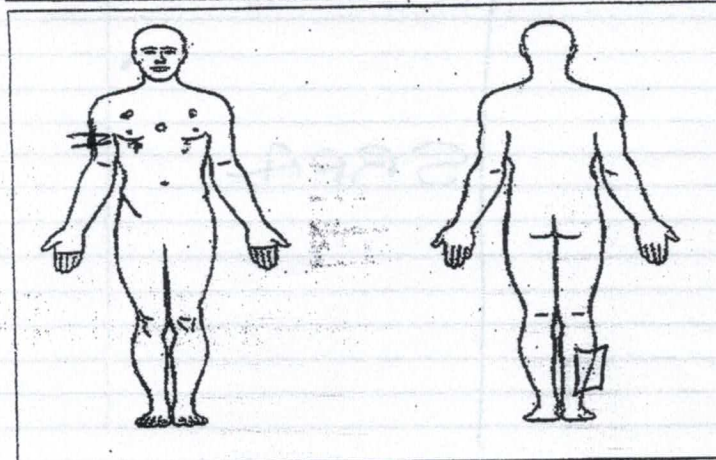
BOMBA DE INFUSÃO	DEFIBRILADOR	MONITOR CEREBRAL (BIS)	INTENSIFICADOR DE IMAGEM	MANTA TÉRMICA	MICROSCÓPIO
FIBROSCÓPIO	MONITOR CARDÍACO	PA (NÃO INVASIVA)	PA (INVASIVA)	OXÍMETRO	EAPNÓGRAFO
FOCO AUXILIAR	PONTE DE LUZ	VIDEOLAPAROSCÓPIO	BRONCOSCÓPIO	OUTROS	

## COXINS DE CONFORTO UTILIZADOS

CABEÇA	MSD	MSE	MIE	MID
--------	-----	-----	-----	-----

## BISTURI ELÉTRICO

BIPOLAR	MONOPOLAR
---------	-----------



PLACA BISTURI		COMPRESSAS	
		GRANDES	
		ENTREGUE	DEVOLVIDA
LOCAL	ELETRODOS	PEQUENAS	
•	+	ENTREGUE	DEVOLVIDA
AVP	D	E	
AVC	D	E	
GASOMETRIA: SIM ( ) NÃO ( )			

## POSIÇÃO DO PACIENTE

DORSAL	VENTRAL	LAT. ESQ	LAT. DIR	CANIVETE	TRENDELEMBURG	LITOTOMIA
--------	---------	----------	----------	----------	---------------	-----------



ELABORADO PELOS ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM DO 7º PERÍODO DA FACULDADE ESTÁCIO/FASE (2014/ 01 E 02) ORIENTADO  
PELAS PROFESSORAS LUCIANA LÔBO E SILVIA SANDES



CAIXAS ELETRONICOS SANTANDER  
EXTRATO DE POUPANCA - 30 DIAS

13/06/2019 09:18:20 DATA CONTABIL:13/06/2019  
LOCAL: 033.4505 - URB-ARACAJ  
TRANSACAO: 0659920 TERMINAL: 0000155

LEOMAR CELESTINO DO NASCIMENTO CARTAO: 2143  
BANCO: 033 AGENCIA: 1593 CONTA: 60-003192-1

SALDO DISPONIVEL TOTAL 5,28

DIA	DOCTO. HISTORICO	VALOR
	SALDO ANTERIOR	5,25
-----		
MAIO/2019		
03	000000 JUROS TAXA =	0,01
	0,3715 %	
27	000000 JUROS TAXA =	0,01
	0,3715 %	
-----		
JUNHO/2019		
03	000000 JUROS TAXA =	0,01
	0,3715 %	
	SALDO ATUAL	5,28

INFORMACOES PARA SIMPLES CONFERENCIA,  
ATUALIZADAS ATE A DATA E HORA ACIMA E  
SUJEITAS A ALTERACOES

EXTRATO









GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE



Fundação  
Hospitalar  
de Saúde

HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE

UPC LEITO: 615

Nome: Thomas Celestino Vazquez ID: 41 ANOS DATA: 10/05/2019  
DIAGNÓSTICO: FRATURA UNHO D. PUNHO.

ITEM	PRESCRIÇÃO	HORÁRIO
1	DIETA RICA EM FIBRA,	
2	SFO, 9% 500ML EV 8-8HS <u>DNP PUNHO</u>	
3	CIPRO 400MG EV 12-12HS <u>7 NAO</u>	
4	CLINDAMICINA 600 MG EV 6-6HS	SOS
5	BROMOPRIDA OU PLASIL 2CC+18ml AD DE 08/08 HS	12 18 24
6	DIPIRONA 2CC+8ml AD EV DE 06/06 H S	SEM EFEITO
7	GLICEMIA CAPILAR : JEJUM, APOS O ALMOÇO, AS 22HS (ANOTAR)	
8	INSULINA REGULAR CONFORME ESQUEMA	
9	<200 = Ø 251 - 300 = 4U 351 - 400 = 8U	
10	201 - 250 = 2U 301 - 350 = 6U > 400 = 10U	
11	Glicose 25%, 40ml, IV, se glicemia < 70	
12	Capto pril 25mg, VO, se PAS > 180mmHg ou PAD > 110mmHg SOS	
13	CLEXANE 40mg SC 1X/DIA OU HEPARINA 5000 UNIDADES SC DE 12/12 H S	
14	TRAMAL 50mg +100ml SF EV DE 12-12HS	<u>SOS</u> <u>08 20</u>
15	PROFENID VENOSO 1 AMPOLA + 100ML SFO, 9% EV 12-12HS	<u>22</u>
16	CLONAZEPAM 10GTS VO A NOITE	<u>06</u>
17	OMEPRAZOL 40mg EV DE 12/12 H OU ANTAK 200 +18ml AD EV DE 08/08 H s	SOS
18	OLEO MINERAL 10ML + LACTULONA 10 ML VO 2X A.D DIA	12 18 24
19	KEFLIN 1G EV 6-6HS OU KEFAZOL 1G EV 8-8HS <u>D R.</u>	<u>NAO</u>
20	GENTAMICINA 240MG + 100ML SFO, 9% EV 1 X DIA <u>D</u>	<u>MY</u>
21	CURATIVO DIARIO	

#### EVOLUÇÃO MÉDICA

EUPNEICO, AFEBRIL AO TOQUE, SEM DESCONFORTO NO TORAX REFERIDO, EXTREMIDADES AQUECIDAS E ACTANÓTICAS NO MOMENTO.  
LABORATORIO / ECG SANGRAMENTO: Ø ESCALA DE DOR HOJE + + + + (4)

#### Sinais Vitais (Favor anotar abaixo)

Horário	PA(mmHg)	FC(bpm)	Diurese	Temp(°C)	Glicemia
6:00h					
12:00h					
18:00h					
00:00h					

DR JOÃO ARAUJO CRM 2801 TEOT 5508

Alte hospital  
Ortopedia

Dr. Paulo Tavares  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM/RS 4394

EXAMINADO EM 1 / 1 / 19  
REALIZADO EM 1 / 1 / 19  
HORAS 15  
HORAS 15  
TÉCNICO EM RADIOLOGIA  
TÉCNICO EM RADIOLOGIA





GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE



# HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE

UPC LEITO :

DIAGNÓSTICO: FRATURA VULNERO PEX

DATA: /2019

DIH: 1-0

ITEM	PRESCRIÇÃO	HORÁRIO
1	DIETA RICA EM FIBRA,	
2	SF0,9% 500ML EV 8-8HS	
3	CIPRO 400MG EV 12-12HS	
4	CLINDAMICINA 600 MG EV 6-6HS	
5	BROMOPRIDA OU PLASIL 2CC+18ml AD DE 08,03 HS	SOS
6	DIPIRONA 2CC+8ml AD EV DE 06/06 H S	
7	GLICEMIA CAPILAR : JEJUM , APOS O ALMOÇO , AS 22HS (ANOTAR)	SEM EFEITO
8	INSULINA REGULAR CONFORME ESQUEMA	
9	<200 = Ø      251 - 300 = 4U      351 - 400 = 8U	
10	201 - 250 = 2U      301 - 350 = 6U      > 400 = 10U	
11	Glicose 25%, 40ml, IV, se glicemia < 70	
12	Captopril 25mg, VO, se PAS > 180mmHg ou PAD > 110mmHg SOS	
13	CLEXANE 40mg SC 1X/DIA OU HEPARINA 5000 UNIDADES SC DE 12/12 H S	
14	TRAMAL 50mg +100ml SF EV DE 12-12HS	SOS
15	PROFENID VENOSO 1 AMPOLA + 100ML SF0,9% EV 12-12HS	
16	CLONAZEPAM 10GTS VO A NOITE	
17	OMEPRAZOL 40mg EV DE 12/12 H OU ANTAK 2CC +18ml AD EV DE 08/08 H s	SOS
18	OLEO MINERAL 10ML + LACTULONA 10 ML VO 2X AO DIA	
19	KEFLIN 1G EV 6-6HS OU KEFAZOL 1G EV 8-8HS	
20	GENTAMICINA 240MG + 100ML SF0,9% EV 1 X DIA	
21	CURATIVO DIARIO	

## EVOLUÇÃO MÉDICA

EUPNEICO, AFEBREIL AO TOQUE, SEM DESCONFORTO NO TORAX REFERIDO, EXTREMIDADES AQUECIDAS E ACIANÓTICAS NO MOMENTO.

LABORATORIO / ECG      SANGRAMENTO :

ESCALA DE DOR HOJE + + + + (4)

## Sinais Vitais (Favor anotar abaixo)

Horário	PA(mmHg)	FC(bpm)	Diurese	Temp(°C)	Glicemia
6:00h					
12:00h					
18:00h					
00:00h					

DR JOÃO ARAUJO CRM 2801 TEOT 5508



## AMBULATÓRIO DE RETORNO DO HUSE

### RECEITUÁRIO

PACIENTE: Leur Alho de Al

*Melu*

*Medicamento para o Ob. Uterino*

*Ob. Uterino (2)*

*Medicamento para o Ob. Uterino*

*So. Uterino Ob. Uterino*

*Toma 1 comprimido*

*60 542*

Dr. Sérgio Cabral  
Oncologista  
Cirurgia do Ombro e Coluna  
CRM 3388

DATA 13/10/14

MÉDICO (Assinatura e Carimbo)

# AMBULATÓRIO DE RETORNO DO HUSE

## RECEITUÁRIO

PACIENTE: Romeo Celso de Amor

Substituto

ps op do olho @. Alim on  
Tentativa

Seu trabalho de Tm

solução Afetado

Mina 20

012-542.2

Dr. Sérgio Cabral  
Ortopedia e Traumatologia  
Cirurgia do Ombro e cotovelo  
CRM 3385

DATA 27/11/9

MÉDICO (Assinatura e Carimbo)





**Núcleo de Medicina Física e Reabilitação**  
**FISIOTERAPIA**

**RELATÓRIO FISIOTERÁPICO**

Declaro para os devidos fins que o paciente **LEOMAR CELESTINO DO NASCIMENTO**, com diagnóstico clínico de **PÓS OPERATÓRIO FRATURA EM ÚMERO D.** Encontra-se em acompanhamento e tratamento fisioterápico neste centro, com o objetivo de analgesia, melhora da amplitude de movimento, retorno da funcionalidade local, atividades laborais e AVD's. Apresenta ainda quadro álgico aos movimentos e limitação de ADM.

Declaro ainda, que o mesmo se encontra impossibilitado de exercer suas funções laborais, deve evitar esforço físico em membro superior D e dar continuidade ao tratamento, para obtermos uma melhor resposta terapêutica.

**CID: S42**

Sem mais,  
Aracaju/SE, 04 de Outubro de 2019

*Brena Caroline Almeida Souza*

Brena Caroline A. Souza  
Fisioterapeuta  
CREFTD 137212-F



**Núcleo de Medicina Física e Reabilitação**  
**FISIOTERAPIA**

**RELATÓRIO FISIOTERÁPICO**

Declaro para os devidos fins que o paciente **LEOMAR CELESTINO DO NASCIMENTO**, com diagnóstico médico de **pós operatório de fratura de úmero proximal em ombro direito**. Encontra-se em tratamento fisioterapêutico nesse centro com objetivo de analgesia, ganho de ADM e aumento de força muscular.

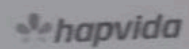
O mesmo continua com queixa algica e diminuição da amplitude de movimento em ombro direito, necessitando dar continuidade ao tratamento e evitar sobrecarga na região para obtermos uma resposta terapêutica satisfatória.

**CID: S42**

Sem mais,  
Aracaju/SE, 26 de Dezembro de 2019.

**Drª Marília S. Oliveira**  
Fisioterapeuta  
CREFITO 208544 - F





PACIENTE: LEOMAR CELESTINO DO NASCIMENTO

RELATÓRIO MÉDICO

PACIENTE COM RELATO DE FRATURA PRÉVIA EM ÚMERO PROXIMAL DIREITO.  
APRESENTA RESTRIÇÃO DE AMPLITUDE DE MOVIMENTO EM OMBRO DIREITO.  
SOLICITADO RADIOGRAFIA PARA AVALIAÇÃO.

CID: S40.2

Dr. Leonardo Passos  
Cirurgião do Ombro  
Ortopedia / Traumatologia  
CRM 4286 TEND 14396

ARACAJU/SE, 03/01/2020



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU  
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202040600155

**DATA:**

04/02/2020

**MOVIMENTO:**

Conclusão

**DESCRIÇÃO:**

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não





**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202040600155

**DATA:**

11/02/2020

**MOVIMENTO:**

Decisão

**DESCRIÇÃO:**

Cls. Por se presumirem verdadeiras as alegações de hipossuficiência deduzidas por pessoa natural, bem como por não verificar nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a sua concessão, defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do artigo 99, § 2º, do Código de Processo Civil. A petição inicial encontra-se de conformidade com o artigo 319 do CPC, não é caso de improcedência liminar do(s) pedido(s) e o direito que baseia a pretensão não veda a autocomposição, encaminhem-se os autos ao CEJUSC para designação de audiência de conciliação ou de mediação, citando a parte requerida para nela comparecer, intimando-se o primeiro, na pessoa de seu advogado, via DJe, para a mesma finalidade. Cite-se e intime-se a ré para comparecer à aludida audiência, ficando cientes que, em caso de desinteresse na autocomposição, deverão informar a este Juízo em até 10 (dez) dias antes da realização do ato, sendo obrigatória a manifestação de todos os litisconsortes (art. 334, §§ 5º e 6º, CPC).

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe  
Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**

Nº Processo 202040600155 - Número Único: 0005104-02.2020.8.25.0001

Autor: LEOMAR CELESTINO DO NASCIMENTO

Réu: SEGURADORA LIDER

Movimento: Decisão >> Outras Decisões

Cls.

Por se presumirem verdadeiras as alegações de hipossuficiência deduzidas por pessoa natural, bem como por não verificar nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a sua concessão, **defiro o pedido de justiça gratuita**, nos termos do artigo 99, § 2º, do Código de Processo Civil.

A petição inicial encontra-se de conformidade com o artigo 319 do CPC, não é caso de improcedência liminar do(s) pedido(s) e o direito que baseia a pretensão não veda a autocomposição, encaminhem-se os autos ao CEJUSC para designação de audiência de conciliação ou de mediação, citando a parte requerida para nela comparecer, intimando-se o primeiro, na pessoa de seu advogado, via DJe, para a mesma finalidade.

Cite-se e intime-se **a ré** para comparecer à aludida audiência, ficando cientes que, em caso de desinteresse na autocomposição, deverão informar a este Juízo em até 10 (dez) dias antes da realização do ato, sendo obrigatória a manifestação de todos os litisconsortes (**art. 334, §§ 5º e 6º, CPC**).

Em havendo a anuência quanto à realização da audiência, mas não chegando as partes ao acordo, o prazo para resposta, que será de 15 (quinze) dias, iniciar-se-á no dia seguinte à audiência (**art. 335, caput inciso I, do CPC**).

Na hipótese de não haver audiência – por desinteresse das partes ou por não ser admitida a autocomposição (**art. 334, § 4º do CPC**), o prazo para resposta terá como termo inicial o dia do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação/mediação ou nos termos do art. 231 do CPC (**art. 335 do CPC**).

Observem as partes que a ausência injustificada à audiência de conciliação/mediação, será considerada ato atentatório à dignidade da justiça cabendo aplicação de multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa a ser revertida em favor da União ou do Estado (**art. 334, §8º, do CPC**).

Ficam as partes advertidas de que **o comparecimento para a audiência de conciliação acompanhadas de advogados é obrigatório (art. 334, §9º, do CPC)** e que poderão constituir representante com poderes para negociar e transigir, desde que por meio de procuração específica (**art. 334, §10, do CPC**).



Intimem-se as partes e patronos, observando a escrivania o disposto no **art.334, capute § 3º, do CPC**, que determina a citação da parte requerida com pelo menos 20 dias de antecedência da audiência designada, bem como que a intimação da parte autora deverá ser realizada na pessoa de seu advogado.

**Remetam-se os autos à Central/Núcleo de Conciliação (CEJUSC) para as providências visando realização dos atos ordenados.**

Aracaju/SE, 5 de fevereiro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **RÔMULO DANTAS BRANDÃO, Juiz(a) de Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito, em 11/02/2020, às 10:19:39**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000303227-54**.

---



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
**Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

202040600155

**DATA:**

12/02/2020

**MOVIMENTO:**

Remessa

**DESCRIÇÃO:**

Remetido ao CEJUSC.

**LOCALIZAÇÃO:**

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Aracaju

**PUBLICAÇÃO:**

Não





**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
**Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

202040600155

**DATA:**

12/02/2020

**MOVIMENTO:**

Recebimento

**DESCRIÇÃO:**

**LOCALIZAÇÃO:**

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Aracaju

**PUBLICAÇÃO:**

Não



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU  
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202040600155

**DATA:**

13/02/2020

**MOVIMENTO:**

Audiência

**DESCRIÇÃO:**

<br/> Audiência de Conciliação/Mediação - Art 334 do CPC designada para o dia 14/04/2020, às 08h:45min, a ser realizada no(a) Fórum Gumersindo Bessa, na sala de audiências do CEJUSC PROCESSUAL: FGB - Pauta Conciliação/Mediação PROCESSUAL 01.

**LOCALIZAÇÃO:**

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Aracaju

**PUBLICAÇÃO:**

Sim





Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU  
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202040600155

**DATA:**

13/02/2020

**MOVIMENTO:**

Ato Ordinatório

**DESCRIÇÃO:**

Em conformidade com o artigo 334, § 3º, CPC, considera-se intimada a parte autora, para a audiência designada, através de seu patrono, via DJE.

**LOCALIZAÇÃO:**

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Aracaju

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202040600155

**DATA:**

13/02/2020

**MOVIMENTO:**

Expedição de Documento

**DESCRIÇÃO:**

Mandado de número 202040600761 do tipo (NCPC) - Mandado Citação e Intimação - Procedimento Comum - audiência [TM4038,MD145] <br/><br/> {Destinatário(a): SEGURADORA LIDER}

**LOCALIZAÇÃO:**

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Aracaju

**PUBLICAÇÃO:**

Não





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE  
Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de  
Aracaju

Bairro - Cidade -  
Cep - Telefone -

Audiência



202040600761

PROCESSO: 202040600155 (Eletrônico)  
NÚMERO ÚNICO: 0005104-02.2020.8.25.0001  
NATUREZA: Procedimento Comum Cível  
REQUERENTE: LEOMAR CELESTINO DO NASCIMENTO  
REQUERIDO: SEGURADORA LIDER

### MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

O(A) Exmo(a). Juiz(a). de Direito do(a) Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Aracaju da Comarca de Aracaju, Estado de Sergipe,

MANDA o Oficial de Justiça designado que cumpra o presente, ficando Vossa Senhoria **CITADO(A)** para a audiência de Conciliação ou de Mediação na forma do Art. 334, para a finalidade abaixo transcrita.

**Finalidade:** Comparecer a este Juízo para audiência de Conciliação ou de Mediação, de acordo com Arts. 334 e 344 do CPC. Não havendo autocomposição, o prazo para a contestação, 15 (quinze) dias, será contado na forma do Art. 335 do CPC. Fica advertido(a) que deverá comparecer a referida audiência acompanhado(a) de advogado(a) ou defensor(a) público(a).

**Despacho:** CIs. Por se presumirem verdadeiras as alegações de hipossuficiência deduzidas por pessoa natural, bem como por não verificar nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a sua concessão, defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do artigo 99, § 2º, do Código de Processo Civil. A petição inicial encontra-se de conformidade com o artigo 319 do CPC, não é caso de improcedência liminar do(s) pedido(s) e o direito que baseia a pretensão não veda a autocomposição, encaminhem-se os autos ao CEJUSC para designação de audiência de conciliação ou de mediação, citando a parte requerida para nela comparecer, intimando-se o primeiro, na pessoa de seu advogado, via DJe, para a mesma finalidade. Cite-se e intime-se a ré para comparecer à aludida audiência, ficando cientes que, em caso de desinteresse na autocomposição, deverão informar a este Juízo em até 10 (dez) dias antes da realização do ato, sendo obrigatória a manifestação de todos os litisconsortes (art. 334, §§ 5º e 6º, CPC).

**Data e horário da audiência:** 14/04/2020 às 08:45:00, **Local:** Fórum Gumersindo Bessa, na sala de audiências do CEJUSC PROCESSUAL: FGB - Pauta Conciliação/Mediação PROCESSUAL 01.

**Advertência:** O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.

#### Qualificação da parte ré:

**Nome:** SEGURADORA LIDER  
**Residência:** AVENIDA TANCREDO NEVES, , 54  
**Bairro:** JARDINS  
**CEP:** 49025040  
**Cidade:** ARACAJU - SE - SE

#### Ilmº (a) Sr(a)

**Nome:** SEGURADORA LIDER  
**Residência:** AVENIDA TANCREDO NEVES, , 54  
**Bairro:** JARDINS  
**CEP:** 49025040  
**Cidade:** ARACAJU - SE - SE

[TM4038, MD145]



Documento assinado eletronicamente por **IVONETE DOS SANTOS DE ALMEIDA**, **Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Aracaju**, em 13/02/2020, às 12:02:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000337745-50**.

Recebi o mandado 202040600761 em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_





Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU  
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202040600155

**DATA:**

19/02/2020

**MOVIMENTO:**

Juntada

**DESCRIÇÃO:**

Mandado de número 202040600761 do tipo (NCPC) - Mandado Citação e Intimação - Procedimento Comum - audiência [TM4038,MD145] - Certidão do Oficial de Justiça <br/><br/> {Destinatário(a): SEGURADORA LIDER}

**LOCALIZAÇÃO:**

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Aracaju

**PUBLICAÇÃO:**

Não





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE  
Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de  
Aracaju

Bairro - Cidade -  
Cep - Telefone -

Audiência



202040600761

PROCESSO: 202040600155 (Eletrônico)  
NÚMERO ÚNICO: 0005104-02.2020.8.25.0001  
NATUREZA: Procedimento Comum Cível  
REQUERENTE: LEOMAR CELESTINO DO NASCIMENTO  
REQUERIDO: SEGURADORA LIDER

### MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

O(A) Exmo(a). Juiz(a). de Direito do(a) Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Aracaju da Comarca de Aracaju, Estado de Sergipe,

MANDA o Oficial de Justiça designado que cumpra o presente, ficando Vossa Senhoria **CITADO(A)** para a audiência de Conciliação ou de Mediação na forma do Art. 334, para a finalidade abaixo transcrita.

**Finalidade:** Comparecer a este Juízo para audiência de Conciliação ou de Mediação, de acordo com Arts. 334 e 344 do CPC. Não havendo autocomposição, o prazo para a contestação, 15 (quinze) dias, será contado na forma do Art. 335 do CPC. Fica advertido(a) que deverá comparecer a referida audiência acompanhado(a) de advogado(a) ou defensor(a) público(a).

**Despacho:** CIs. Por se presumirem verdadeiras as alegações de hipossuficiência deduzidas por pessoa natural, bem como por não verificar nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a sua concessão, defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do artigo 99, § 2º, do Código de Processo Civil. A petição inicial encontra-se de conformidade com o artigo 319 do CPC, não é caso de improcedência liminar do(s) pedido(s) e o direito que baseia a pretensão não veda a autocomposição, encaminhem-se os autos ao CEJUSC para designação de audiência de conciliação ou de mediação, citando a parte requerida para nela comparecer, intimando-se o primeiro, na pessoa de seu advogado, via DJe, para a mesma finalidade. Cite-se e intime-se a ré para comparecer à aludida audiência, ficando cientes que, em caso de desinteresse na autocomposição, deverão informar a este Juízo em até 10 (dez) dias antes da realização do ato, sendo obrigatória a manifestação de todos os litisconsortes (art. 334, §§ 5º e 6º, CPC).

**Data e horário da audiência:** 14/04/2020 às 08:45:00, **Local:** Fórum Gumersindo Bessa, na sala de audiências do CEJUSC PROCESSUAL: FGB - Pauta Conciliação/Mediação PROCESSUAL 01.

**Advertência:** O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.

#### Qualificação da parte ré:

**Nome:** SEGURADORA LIDER  
**Residência:** AVENIDA TANCREDO NEVES, , 54  
**Bairro:** JARDINS  
**CEP:** 49025040  
**Cidade:** ARACAJU - SE - SE

#### Ilmº (a) Sr(a)

**Nome:** SEGURADORA LIDER  
**Residência:** AVENIDA TANCREDO NEVES, , 54  
**Bairro:** JARDINS  
**CEP:** 49025040  
**Cidade:** ARACAJU - SE - SE

[TM4038, MD145]



Documento assinado eletronicamente por **IVONETE DOS SANTOS DE ALMEIDA**, **Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Aracaju**, em 13/02/2020, às 12:02:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000337745-50**.

Recebi o mandado 202040600761 em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE

PROCESSO: 202040600155 (Eletrônico)  
NATUREZA: Cível  
NÚMERO ÚNICO: 0005104-02.2020.8.25.0001  
MANDADO: 202040600761  
DATA DE CUMPRIMENTO: 19/02/2020 00:00

DESTINATÁRIO: SEGURADORA LIDER  
ENDEREÇO: AVENIDA TANCREDO NEVES nº 54. BAIRRO: JARDINS. ARACAJU/ SE.  
CEP: 49025-040  
TIPO DE MANDADO: (NCPC) - Mandado Citação e Intimação - Procedimento Comum - audiência  
DATA DE AUDIÊNCIA: 14/04/2020 08:45

C E R T I D ã O

CITADA E INTIMADA, APÓS O CIENTE E ACEITOU A CONTRAFÉ

[TC4038, MD47]



Documento assinado eletronicamente por **GESSILENE SILVA SANTOS, Oficial de Justiça**, em 19/02/2020, às 13:29:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000395238-12**.





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE  
Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de  
Aracaju

Bairro - Cidade -  
Cep - Telefone -

Seguradora  
Lider

Audiência



202040600761

PROCESSO: 202040600155 (Eletrônico)  
NÚMERO ÚNICO: 0005104-02.2020.8.25.0001  
NATUREZA: Procedimento Comum Cível  
REQUERENTE: LEOMAR CELESTINO DO NASCIMENTO  
REQUERIDO: SEGURADORA LIDER

### MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

O(A) Exmo(a). Juiz(a). de Direito do(a) Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Aracaju da Comarca de Aracaju, Estado de Sergipe,

MANDA o Oficial de Justiça designado que cumpra o presente, ficando Vossa Senhoria **CITADO(A)** para a audiência de Conciliação ou de Mediação na forma do Art. 334, para a finalidade abaixo transcrita.

**Finalidade:** Comparecer a este Juízo para audiência de Conciliação ou de Mediação, de acordo com Arts. 334 e 344 do CPC. Não havendo autocomposição, o prazo para a contestação, 15 (quinze) dias, será contado na forma do Art. 335 do CPC. Fica advertido(a) que deverá comparecer a referida audiência acompanhado(a) de advogado(a) ou defensor(a) público(a).

**Despacho:** Cls. Por se presumirem verdadeiras as alegações de hipossuficiência deduzidas por pessoa natural, bem como por não verificar nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a sua concessão, defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do artigo 99, § 2º, do Código de Processo Civil. A petição inicial encontra-se de conformidade com o artigo 319 do CPC, não é caso de improcedência liminar do(s) pedido(s) e o direito que baseia a pretensão não veda a autocomposição, encaminhem-se os autos ao CEJUSC para designação de audiência de conciliação ou de mediação, citando a parte requerida para nela comparecer, intimando-se o primeiro, na pessoa de seu advogado, via DJe, para a mesma finalidade. Cite-se e intime-se a ré para comparecer à aludida audiência, ficando cientes que, em caso de desinteresse na autocomposição, deverão informar a este Juízo em até 10 (dez) dias antes da realização do ato, sendo obrigatória a manifestação de todos os litisconsortes (art. 334, §§ 5º e 6º, CPC).

**Data e horário da audiência:** 14/04/2020 às 08:45:00, **Local:** Fórum Gumersindo Bessa, na sala de audiências do CEJUSC PROCESSUAL: FGB - Pauta Conciliação/Mediação PROCESSUAL 01.

**Advertência:** O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.

#### Qualificação da parte ré:

**Nome:** SEGURADORA LIDER  
**Residência:** AVENIDA TANCREDO NEVES, 54  
**Bairro:** JARDINS  
**CEP:** 49025040  
**Cidade:** ARACAJU - SE - SE

**MAPFRE SEGUROS**

**P.A.R.E. - ARACAJU**

**Data** 19 / 02 / 2020

**Hora** 11:30

Gi

#### Ilmº (a) Sr(a)

**Nome:** SEGURADORA LIDER  
**Residência:** AVENIDA TANCREDO NEVES, 54  
**Bairro:** JARDINS  
**CEP:** 49025040  
**Cidade:** ARACAJU - SE - SE

[TM4038, MD145]





Documento assinado eletronicamente por IVONETE DOS SANTOS DE ALMEIDA, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Aracaju, em 13/02/2020, às 12:02:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da autenticidade do documento está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública 2020000337745-50.

Recebi o mandado 202040600761 em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

